Relatório da
Administração

9M26

IFRS



Relatório da Administração | 9M26

Lucro Líquido
R$ 8,1 bilhões no 9M26– R$ 10,8 bilhões no 9M25

Perdas Líquidas Esperadas
R$ 56,3 bilhões no 9M26 – R$ 49,3 bilhões no 9M25

Receita de Prestação de Serviços
R$ 27,2 bilhões no 9M26 – R$ 25,8 bilhões no 9M25

Despesas Administrativas e de Pessoal
R$ 28,3 bilhões no 9M26 – R$ 29,1 bilhões no 9M25

Índice de Basileia
13,45 %

Índice de Capital Principal
10,80 %

Em setembro de 2026, nossos ativos alcançaram R$ 2,6 trilhões. A carteira de crédito superou R$ 1,1 trilhão, enquanto os recursos de clientes totalizaram R$ 946,6 bilhões. O Capital Principal foi de 10,80%.

As perdas líquidas esperadas elevaram-se 14,2% e refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais, concentrada em clientes de médio e grande porte, principalmente nas culturas de soja e milho e na pecuária, sobretudo na região Centro-Oeste. Aprimoramos a cobrança e a recuperação de créditos e avançamos nas renegociações no âmbito da MP 1.376/2026. Na originação, continuamos reforçando as garantias e o uso da matriz de resiliência.

Com uma plataforma figital robusta e escalável, que integra canais digitais e presenciais e atende 36 milhões de clientes ativos nos canais digitais, entregamos um banco para cada cliente — profundamente digital, estrategicamente completo e essencialmente humano. A inteligência artificial e a análise de dados potencializam a assessoria personalizada, enquanto a tecnologia amplia a proximidade do atendimento humano, que fortalece o relacionamento e os negócios.

A diversificação das receitas de prestação de serviços, que cresceram 5,4% no comparativo anual, foi favorecida pela administração de fundos e consórcios, demonstrando nossa força comercial e importante sinergia junto às empresas do conglomerado. As Despesas Administrativas permaneceram sob controle, com queda de 2,90% ante o 9M25, com destaque para os investimentos em tecnologia, IA e cibersegurança.

Com isso, o lucro líquido do 9M26 foi de R$ 8,1 bilhões, 24,5% inferior ao do mesmo período de 2025, reflexo principalmente da elevação das perdas esperadas no agronegócio. Já o valor adicionado foi de R$ 29,0 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Em 2026, mantivemos o foco em alavancas estratégicas: a qualidade do crédito, a diversificação das receitas, a integração figital e o investimento contínuo em tecnologia e pessoas. Essas frentes fortalecem a solidez do Banco do Brasil e sustentam a geração de valor para acionistas e para a sociedade.

*Os números de origem contábil contidos nesse relatório seguem o padrão IFRS e podem apresentar diferenças em relação ao padrão contábil do Brasil em razão de diferenças metodológicas.

Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

Desde o lançamento em março/25 desembolsamos R$ 21,3 bilhões em Crédito do Trabalhador, por meio de mais de 8,4 milhões de operações, ampliando o acesso ao crédito e fortalecendo a atuação no segmento de pessoas físicas.

Medida Provisória 1.376/26

Iniciamos a implementação da Medida Provisória 1.376/26. Com essa iniciativa, reforçamos nosso compromisso com o agronegócio brasileiro, apoiando a recuperação da capacidade produtiva dos clientes, a retomada do acesso ao crédito e a continuidade da atividade no campo.

BB no *Ranking* Bacen de Reclamações

O Banco do Brasil manteve-se entre as instituições com melhor desempenho no Ranking de Reclamações do Bacen no terceiro trimestre de 2026. O resultado reflete a atuação próxima e resolutiva junto aos clientes, com destaque para o uso de novas tecnologias para aprimorar processos e a qualidade do atendimento.

App BB 5.0

Lançamos o App BB 5.0, uma evolução da nossa plataforma digital que reforça o conceito de "um banco para cada cliente". A solução incorpora recursos de hiperpersonalização, inteligência artificial e acessibilidade para oferecer uma experiência mais intuitiva, dinâmica e aderente ao perfil de cada usuário, com conteúdos, funcionalidades e recomendações ajustados ao contexto e necessidades dos clientes.

Entre as inovações, destacam-se as jornadas conversacionais com assistente integrado, que permitem interações em linguagem natural por texto ou voz para consultas e acesso a serviços. A iniciativa fortalece nossa estratégia figital, amplia a autonomia dos clientes nos canais digitais, promove inclusão financeira e acessibilidade e contribui para que nossas equipes direcionem ainda mais esforços para o relacionamento, a orientação financeira e a oferta de soluções personalizadas.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2026, seguimos atuando nas linhas de crédito com fundos garantidores, com foco em operações que apresentem melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro e pequenas empresas, suportados pelo PEAC-FGI (Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Fundo Garantidor para Investimentos) e pelo Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), somaram R$ 16,1 bilhões nos 9 meses de 2026, crescimento de 14,9% em relação ao mesmo período de 2025. A carteira suportada pelo PEAC/FGI já representa 41% do total de operações MPE (Micro e Pequenas Empresas). Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias, reforçando a qualidade e a sustentabilidade da carteira.

Acionistas

Encerramos setembro com uma base de 1,5 milhão de acionistas, dos quais 99% são pessoas físicas residentes no Brasil. Essas pessoas físicas detinham 34% das ações em *free float*, enquanto investidores pessoas jurídicas locais possuíam 20% e investidores residentes no exterior, 46%.

Nossas ações (BBAS3) representaram 2,46% do Ibovespa na última carteira quadrimestral vigente em 2026. No último pregão do mês de setembro, as BBAS3 estavam cotadas a R$ 23,07.

Até setembro, foram distribuídos R$ 2,0 bilhões em juros sobre o capital próprio (JCP), o que corresponde a R$ 0,35 por ação.

Estratégia e Governança Corporativa

No terceiro trimestre de 2026, seguimos executando a Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) 2026-2030, orientada pelo propósito de ser próximos e relevantes na vida das pessoas em todos os momentos. Com horizonte temporal de cinco anos e revisão anual, a ECBB acompanha a evolução do mercado, as expectativas dos clientes e as demandas da sociedade, o que nos permite ajustar prioridades sem perder a direção estratégica. Nesse processo, alinhamos decisões, iniciativas e entregas aos nossos objetivos, fortalecemos capacidades organizacionais e investimos em inovação e tecnologia para crescer com solidez, competitividade e geração de valor sustentável.

A Governança Corporativa assegura a integridade, a transparência, a equidade, a responsabilização/*accountability* e a sustentabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente/a e Vice-presidentes/as) e demais Diretores estatutários; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme estabelecido no Estatuto Social do BB, art. 18, §7º, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da B3, normas aplicáveis e boas práticas de governança corporativa. O CA possui, além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco.

Tecnologia que Transforma

De 1808 ao futuro: tecnologia a serviço de um banco para cada cliente

Desde a sua criação, o Banco do Brasil evolui continuamente para acompanhar as transformações da sociedade e as necessidades dos clientes. Ao longo de sua história, foi protagonista de importantes avanços no sistema financeiro

brasileiro, combinando tradição, escala e capacidade de inovação para ampliar seu papel na vida das pessoas, empresas e do agronegócio.

Para sustentar essa trajetória, o Banco do Brasil mantém investimentos contínuos em tecnologia, inovação e segurança, fortalecendo capacidades em temas como Inteligência Artificial, computação em nuvem, cibersegurança, dados e automação. Essas capacidades permitem transformar estratégia em experiência, conectando tecnologia, segurança e negócios para entregar soluções cada vez mais relevantes, personalizadas e aderentes às necessidades dos clientes.

É essa evolução contínua que sustenta a estratégia de "um banco para cada cliente" e impulsiona iniciativas que ampliam a personalização, a conveniência e a geração de valor, projetando para o futuro uma história de inovação iniciada em 1808.

App 5.0: Uma nova forma de se relacionar com o Banco do Brasil

O App BB 5.0 materializa nossa visão de um banco para cada cliente. Por meio dele, colocamos o Banco do Brasil e um ecossistema financeiro completo na palma da mão, conectando cada cliente às soluções certas, no momento certo e da forma mais adequada às suas necessidades. A nova versão reforça nossa capacidade de oferecer experiências cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes. A organização dinâmica de conteúdos, produtos e serviços permite a construção de jornadas mais intuitivas e relevantes, aumentando a proximidade com os clientes e fortalecendo a geração de valor ao longo de todo o relacionamento.

É a tecnologia transformando conveniência em valor, fortalecendo nossa presença no dia a dia e simplificando a vida financeira de milhões de brasileiros.

Inteligência Artificial como vetor da personalização

A Inteligência Artificial também ocupa papel central na execução da estratégia "um banco para cada cliente", ampliando nossa capacidade de transformar dados em experiências personalizadas e decisões mais assertivas. No período, a Área de Recomendações Inteligentes (ARI), integrada à nova experiência do App BB, processou mais de 31 bilhões de dados e gerou 360 milhões de recomendações personalizadas em mais de 80 contextos de negócio, alcançando mais de 400 mil empresas. Esses avanços fortalecem nossa capacidade de compreender necessidades específicas e oferecer soluções mais relevantes para cada perfil de cliente.

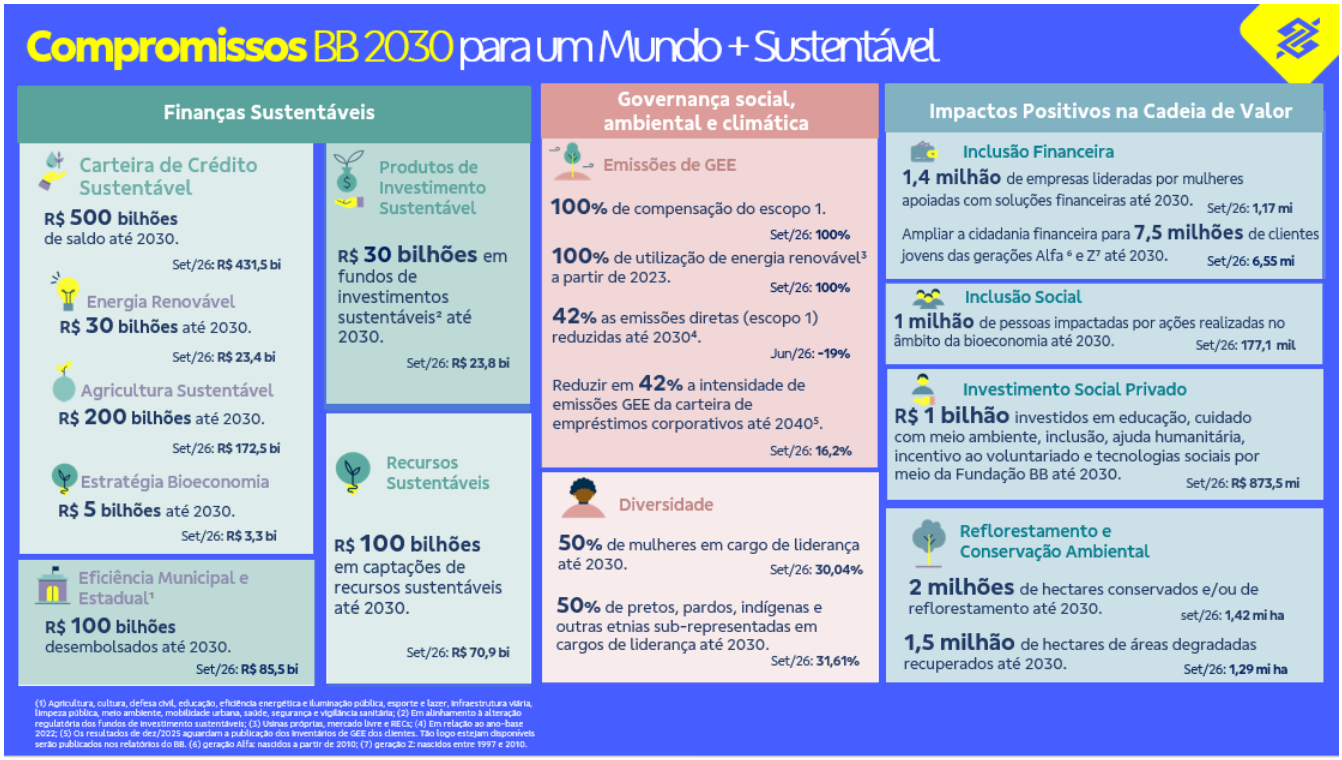
Também ampliamos a aplicação da Inteligência Artificial na eficiência operacional e na segurança. O Guardiã, modelo fundacional voltado à prevenção de fraudes e golpes, monitora aproximadamente 60 bilhões de transações e elevou em 21% a capacidade de detecção de ocorrências, contribuindo para a proteção dos clientes e para o fortalecimento da confiança em nossos canais digitais.

Paralelamente, seguimos investindo na disseminação dessas capacidades em toda a organização. Em 2026, a AcademIA BB registrou mais de 36 mil participantes em iniciativas de capacitação, reforçando nossa estratégia de desenvolvimento contínuo e preparação das equipes para um ambiente cada vez mais orientado por dados e inteligência artificial.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que estabelecem ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável (compromissos de longo prazo) e no Plano de Sustentabilidade do Banco.

Os Compromissos de longo prazo estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.



Captações Sustentáveis

Ao longo de 2026, mantivemos nossa posição de destaque na mobilização de recursos destinados ao financiamento da agenda de sustentabilidade, alcançando R$ 55,8 bilhões em captações vinculadas a iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de títulos sustentáveis nos mercados nacional e internacional e da contratação de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais globais.

Seguimos atuando como um dos principais agentes na mobilização de capital internacional para o financiamento sustentável, em alinhamento à nossa estratégia corporativa e aos compromissos assumidos no âmbito das finanças sustentáveis. Esse posicionamento se traduziu em operações inovadoras e no fortalecimento de parcerias estratégicas, ampliando o acesso a recursos de longo prazo e diversificando nossas fontes de *funding*.

Entre os principais marcos do ano, destacamos a emissão internacional do Nature Bond em abril, no valor de US$ 500 milhões, que ampliou nossa atuação na mobilização de recursos destinados ao financiamento de soluções alinhadas às agendas de natureza, clima e uso sustentável da terra. A operação representou um importante avanço para o mercado de finanças sustentáveis ao direcionar recursos para iniciativas voltadas à recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo ganhos de produtividade agropecuária, restauração ambiental e redução da pressão sobre a conversão de novas áreas naturais. A forte demanda de investidores internacionais evidenciou o reconhecimento da solidez financeira do Banco do Brasil, da consistência de nossa estratégia ASG e de nossa capacidade de estruturar soluções com impacto positivo e geração de valor de longo prazo.

Também avançamos na inovação de instrumentos de financiamento sustentável por meio da contratação do Green Building Repo, estruturado em parceria com o banco francês Natixis, no valor de US$ 200 milhões. Os recursos da operação serão destinados ao financiamento e refinanciamento de edificações sustentáveis, incluindo projetos de construção e retrofit com elevada eficiência energética e certificações ambientais reconhecidas internacionalmente. A iniciativa está alinhada ao nosso Framework de Finanças Sustentáveis e ao Programa Eco Invest Brasil, fortalecendo a atração de capital privado internacional voltado à transformação ecológica do País.

No âmbito do Programa Eco Invest Brasil, consolidamos nossa participação na implementação da iniciativa, com destaque para o 4º Leilão, que mobilizou aproximadamente R$ 6,4 bilhões destinados a investimentos em sociobioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura verde na Amazônia Legal. Com essa atuação, reforçamos nosso compromisso com a conservação ambiental, a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável dos diferentes biomas brasileiros, direcionando capital para atividades com elevado potencial de geração de impacto socioambiental positivo.

Em agosto, ampliamos ainda mais nossa atuação em financiamento inclusivo e sustentável com a assinatura de operação junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de 250 milhões de euros. Os recursos serão destinados ao financiamento de micro e pequenas empresas lideradas por mulheres na Amazônia Legal, beneficiando dezenas de milhares de empreendedoras e promovendo inclusão financeira, geração de renda e desenvolvimento regional sustentável. A iniciativa reforça nosso protagonismo na promoção do empreendedorismo feminino e no desenvolvimento sustentável da região, em alinhamento à Estratégia Corporativa Banco do Brasil (ECBB) e à Agenda 30 BB.

As operações realizadas ao longo de 2026 evidenciam nossa capacidade de transformar estratégia em resultados concretos, fortalecendo relacionamentos com investidores globais, ampliando o acesso a recursos de longo prazo e expandindo a oferta de soluções financeiras que apoiam a transição para uma economia mais sustentável, resiliente e inclusiva.

Negócios Sustentáveis

Encerramos setembro/26 com R$ 431,5 bilhões em saldo na Carteira de Crédito Sustentável, distribuídos em 2,8 milhões de operações. O resultado evidencia nossa posição de destaque como um dos principais financiadores de atividades com impacto socioambiental positivo no país.

A evolução de 8,2% em 12 meses da carteira reflete a crescente incorporação de aspectos ambientais e sociais aos negócios do Banco, direcionando recursos para atividades capazes de gerar desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e benefícios ambientais, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência e a competitividade dos setores financiados.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida à avaliação independente baseada nas principais taxonomias ASG nacionais e internacionais. Sua metodologia é continuamente aprimorada para incorporar as melhores práticas de mercado, assegurando transparência, consistência e alinhamento com padrões reconhecidos de sustentabilidade e pode ser conferida aqui.

O desempenho alcançado reforça nosso compromisso de alcançar R$ 500 bilhões em crédito sustentável até 2030, consolidando a estratégia de geração de valor por meio do financiamento de atividades que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.

Sociobioeconomia e Cadeia de Valor

A sociobioeconomia reúne atividades econômicas baseadas no uso sustentável da biodiversidade e na valorização dos conhecimentos e modos de vida locais. No Banco do Brasil, transformamos essa abordagem em um modelo de negócios que integra soluções financeiras, conhecimento e acesso a mercados para desenvolver o potencial produtivo dos territórios e apoiar empreendimentos capazes de gerar valor econômico, social e ambiental para suas comunidades.

Por meio do Hub de Sociobioeconomia BB, levamos esse modelo aos territórios. Com atuação física e digital, estruturamos centros de articulação e atendimento especializado que conectam agricultores familiares, cooperativas e negócios comunitários a soluções financeiras e serviços de apoio. Em parceria com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, facilitamos o acesso à assistência técnica, à educação financeira, às políticas públicas e às oportunidades de comercialização de produtos locais. Além da oferta de crédito, apoiamos a organização das cadeias produtivas da bioeconomia e a qualificação de projetos, transformando demandas locais em oportunidades de negócios sustentáveis com potencial de gerar valor para as comunidades e para o Banco.

Em pouco mais de dois anos, ampliamos a atuação do Hub de Sociobioeconomia de uma iniciativa inicialmente concentrada na Amazônia para uma rede presente em diferentes biomas brasileiros. Nesse período, mobilizamos centenas de organizações e fortalecemos conexões com agendas estruturantes voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, à restauração florestal, à

inclusão produtiva e ao desenvolvimento territorial sustentável.

Atualmente, contamos com plataformas de atuação em Manaus (AM), Belém (PA), Cuiabá (MT), Ilhéus (BA), Governador Valadares (MG) e Linhares (ES). As unidades de Governador Valadares e Linhares, voltadas aos municípios da Bacia do Rio Doce, apoiam iniciativas de reparação que promovem oportunidades de desenvolvimento, fortalecem os meios de subsistência das populações locais e ampliam a autonomia e a resiliência das comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Mariana (MG), contribuindo para a construção de soluções sustentáveis de longo prazo.

Complementando essa atuação, realizamos os Fóruns de Ativação de Crédito BB, também denominados Fóruns Territoriais, aproximando nossa presença das comunidades e de parceiros locais por meio de ações de escuta, oficinas e atendimentos especializados. Essas iniciativas integram educação financeira, regularização documental, assistência técnica e serviços bancários, permitindo identificar necessidades, qualificar projetos e encaminhar demandas de forma mais efetiva. Dessa forma, ampliamos o acesso ao crédito, fomentamos novos negócios e fortalecemos nossa presença em territórios estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

Nossa estratégia de sociobioeconomia fortalece a agenda de finanças sustentáveis ao ampliar continuamente a disponibilidade de ativos e projetos elegíveis para o direcionamento dos recursos captados por meio das operações sustentáveis realizadas pelo Banco. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma carteira robusta de negócios associados à biodiversidade, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento territorial cria condições para novas captações, diversificando fontes de recursos e ampliando nossa capacidade de mobilizar capital para iniciativas de impacto socioambiental positivo.

Além disso, os resultados alcançados demonstram nossa capacidade de promover transparência, rastreabilidade e efetividade na gestão de recursos públicos e privados destinados ao desenvolvimento sustentável. Como resultado, consolidamos nossa posição como um dos principais financiadores de produtos florestais e da biodiversidade no País, com R$ 3,3 bilhões destinados a projetos de sociobioeconomia e cadeias de valor associadas, impactando positivamente mais de 177 mil pessoas e contribuindo para a geração de renda, a conservação ambiental e o fortalecimento das economias locais.

Mercado de Carbono

Temos ampliado nossa atuação no mercado voluntário de carbono ao apoiar nossos clientes na estruturação de projetos geradores de créditos de carbono com elevada adicionalidade ambiental. Nossa atuação abrange assessoria para elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE), desenvolvimento de planos de descarbonização e análises de ciclo de vida de produtos, além da oferta de créditos de carbono para compensação das emissões que não podem ser mitigadas.

Além da comercialização de créditos de carbono para compensação de emissões, atuamos como intermediadores entre agentes que demandam e aqueles que dispõem desses ativos ambientais, ampliando a liquidez e a eficiência desse mercado. Também disponibilizamos soluções de financiamento destinadas à implementação de projetos voltados à transição para uma economia de baixo carbono, incluindo iniciativas de geração de energia renovável e de eficiência energética.

Até setembro de 2026, contribuímos para a preservação ou reflorestamento de 1,45 milhão de hectares por meio de projetos de carbono e

operações de crédito. Nossa atuação contempla projetos de conservação florestal na modalidade REDD+, que associam a preservação de áreas nativas à geração de receitas para proprietários rurais e comunidades envolvidas.

Na frente de restauração florestal, avançamos com o projeto São Paulo Agro Springs Reforestation, estruturado em parceria com a Carbonext e a Fundação Coopercitrus Credicitrus. A iniciativa, enquadrada na modalidade ARR (Afforestation, Reforestation and Revegetation), está voltada ao reflorestamento com espécies nativas em áreas degradadas e ambientalmente relevantes do interior de São Paulo. O projeto prevê a restauração de três mil hectares, com potencial estimado de geração de aproximadamente 900 mil créditos de remoção de carbono ao longo de 40 anos, ampliando a oferta de ativos climáticos de alta integridade e conectando projetos de restauração ambiental a fluxos de financiamento climático.

Ao longo de 2026, alcançamos um marco importante com a conclusão do primeiro projeto de carbono certificado pela Verra originado em nossa base de clientes. Desenvolvido em parceria com a Carbonext, o Projeto Angelim, localizado no estado de Mato Grosso, reúne mais de 21 mil hectares de floresta preservada e passa a integrar o conjunto de iniciativas apoiadas pelo Banco voltadas à geração de créditos de carbono com integridade ambiental reconhecida internacionalmente.

Também ampliamos nossa atuação em soluções vinculadas à agricultura de baixo carbono. Até o momento, formalizamos 27 projetos na modalidade ALM (Agricultural Land Management), voltados principalmente à recuperação de pastagens degradadas e à adoção de práticas produtivas mais sustentáveis. Essas iniciativas combinam ganhos ambientais com oportunidades de geração de receitas adicionais para os produtores rurais, ao mesmo tempo em que fortalecem a agenda de descarbonização do setor agropecuário e ampliam a diversificação de nosso portfólio de ativos ambientais.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Acreditamos que a diversidade, a equidade e a inclusão são elementos essenciais para a geração sustentável de valor e para o fortalecimento da nossa capacidade de inovação, tomada de decisão e relacionamento com os diferentes públicos com os quais nos conectamos. Ao considerar as pessoas, os territórios e as múltiplas realidades sociais presentes em nossa atuação, promovemos um ambiente mais representativo e inclusivo, ampliamos oportunidades de desenvolvimento e contribuímos para a redução de desigualdades e para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde estamos presentes.

Nosso compromisso se reflete também na composição de nossas instâncias de governança. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram negros, dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e um membro do CA é pessoa com deficiência (PcD).

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:

	set/25		set/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Conselho de Administração	4	50%	4	50%
Conselho Diretor	4	44%	4	44%
Diretoria Executiva	8	25%	10	29%

= Percentual de mulheres por nível hierárquico

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Em atendimento ao inciso III do §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 15.177/2025, informamos que a política de remuneração do Banco do Brasil observa critérios objetivos e isonômicos, sem distinção de gênero, nas componentes — remuneração fixa e variável.

A remuneração fixa tem por base o salário-base ou valor de referência definido para cada cargo, cujo ingresso se dá exclusivamente por concurso público, não havendo diferença entre homens e mulheres, o que se reflete na razão salário-base mulher/homem igual a 1 (um) em todos os níveis funcionais (Executivo, Gerencial, Técnico, Operacional, Assessoria e demais). As verbas de remuneração variável, vinculadas ao exercício de funções, e as verbas de caráter pessoal seguem regras corporativas uniformes, definidas em função do cargo, da função exercida e de critérios objetivos de elegibilidade, igualmente sem qualquer distinção de gênero. Atualmente, o Banco do Brasil não possui remuneração classificada como eventual.

Nos quadros a seguir, é possível observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB, bem como a proporção do salário-base mulher/homem.

	set/25		set/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	**34.938**	**41%**	**33.970**	**41%**
Operacional	17.899	45%	16.702	46%
Gerencial	11.354	37%	11.422	37%
Assessoria	4.302	34%	4.283	34%
Especialista	668	37%	841	34%
Técnico	715	54%	722	54%

= Percentual de mulheres por nível hierárquico

Proporção salário -base mulher/homem	set/25	set/26
Executivo [1]	1	1
Gerencial	1	1
Técnico	1	1
Operacional	1	1
Assessoria	1	1
Outros	1	1

[1] Inclui os administradores estatutários

Mantemos o compromisso de ampliar a diversidade em posições de liderança, com o objetivo de alcançar 50% de participação feminina até 2030. A evolução desse indicador demonstra avanços consistentes ao longo dos últimos anos. Também seguimos avançando na ampliação da representatividade de pessoas pretas, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança, para as quais estabelecemos a meta de alcançar 50% até 2030.

Nosso compromisso com a diversidade, a equidade e a inclusão também se reflete na participação ativa em iniciativas, eventos e parcerias que ampliam nossa capacidade de compreender e atender diferentes públicos, gerar impactos sociais positivos e contribuir para uma sociedade mais inclusiva, equitativa e sustentável.

Reforçando nosso compromisso com a promoção da equidade racial e o fortalecimento da representatividade em espaços de decisão, avançamos na estruturação de uma parceria com a Future in Black (FIB) para a implementação de um programa nacional de formação executiva voltado a lideranças negras do setor público. A iniciativa combina capacitação em governança, gestão fiscal, sustentabilidade, inovação e inteligência artificial aplicada à gestão pública, contribuindo para o desenvolvimento de competências estratégicas e para a ampliação da presença de lideranças negras em posições de destaque. A proposta contempla ações voltadas ao fortalecimento das capacidades institucionais de estados e municípios nas áreas de gestão e políticas públicas.

No contexto da inclusão produtiva e da promoção da autonomia econômica, apoiamos iniciativas voltadas ao empreendedorismo feminino negro, com destaque para a parceria firmada com a Universidade Zumbi dos Palmares para a formação e certificação de trancistas. A iniciativa busca transformar conhecimentos tradicionais da cultura afro-brasileira em oportunidades sustentáveis de geração de renda, empreendedorismo e formalização profissional, beneficiando principalmente mulheres negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações incluem qualificação profissional, educação financeira, estímulo ao empreendedorismo e ampliação do acesso ao mercado.

Com foco no desenvolvimento territorial sustentável e na valorização da diversidade regional, participamos da implementação do Programa Impulsiona Cielo Amazônia, iniciativa voltada à capacitação de mulheres empreendedoras da região Norte, especialmente negras, indígenas e integrantes de comunidades tradicionais. Por meio de trilhas de formação em empreendedorismo, educação financeira, competências digitais e acesso a mercados, apoiamos a inclusão socioprodutiva, o fortalecimento de pequenos negócios e a geração de renda. Nossa atuação como parceiro estratégico contempla ações para ampliar o acesso a soluções financeiras, fortalecer economias locais e estimular o protagonismo econômico feminino.

Com o objetivo de estimular o diálogo entre os membros do Conselho Diretor e especialistas externos e fortalecer uma governança cada vez mais inclusiva, diversa e representativa, realizamos a terceira reunião estratégica do ano do Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão (Codei), que teve como tema "Compliance, Ética e Integridade no Uso da IA".

Também promovemos os Fóruns Regionais de Diversidade, Equidade e Inclusão e Experiência do Funcionário, dedicados ao debate sobre o tema "Transformação cultural no BB: quais comportamentos queremos fortalecer e quais ações podem apoiar essa evolução". Os encontros reuniram lideranças e equipes de diferentes regiões do País para refletir sobre comportamentos, práticas e iniciativas relacionados à evolução da cultura organizacional.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Em março, conquistamos o **Prêmio Banking Transformation**, que reconhece práticas inovadoras e transformadoras no setor financeiro e reforça a relevância da atuação do Banco do Brasil nas agendas de diversidade, equidade e inclusão. A premiação reflete o avanço consistente dessa agenda e o alinhamento do BB à Agenda 2030 e ao Pacto Global da ONU.

Em maio, recebemos o **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça,** concedido pelo Ministério das Mulheres, e cinco reconhecimentos na premiação **Melhores Empresas e Líderes da Diversidade**, promovida pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. As conquistas reforçam o protagonismo do Banco na promoção da diversidade, da inclusão e dos Direitos Humanos.

Também em maio, o Pix no exterior do Banco do Brasil venceu, no voto popular, a categoria **Inovação Digital Brasil** do Prêmio Seleção Mobile Time 2026. O reconhecimento destaca a solução desenvolvida em parceria com o Banco Patagonia, que permite pagamentos na Argentina com experiência semelhante à do Pix no Brasil.

Em junho, o BB foi eleito o **Banco do Ano** pelo Celent Model Bank, reconhecimento internacional que destaca excelência em inovação e tecnologia no setor financeiro. A premiação reforça o uso estratégico de inteligência artificial e analytics para ampliar a geração de valor aos clientes.

O Banco também recebeu, em junho, o **selo Confia**, concedido pela Receita Federal em reconhecimento à excelência na gestão tributária, reforçando seu compromisso com a transparência, a conformidade e as melhores práticas de governança.

No campo macroeconômico, o Banco do Brasil conquistou a 7ª posição no **Prêmio Broadcast Projeções**, figurando entre as dez instituições com maior precisão nas estimativas de indicadores econômicos. O resultado reforça a excelência do BB na análise econômica e na construção de cenários.

Ao longo do primeiro semestre do ano, o BB Private recebeu importantes reconhecimentos internacionais que evidenciam a excelência de nossas soluções patrimoniais, digitais e de assessoria especializada. Entre os destaques, fomos eleitos pelo **Euromoney Private Banking Awards** o melhor Private Bank do Brasil para soluções digitais; pelo PWM Wealth Tech Awards, o melhor Private Bank da América Latina para gestão global de portfólios; e, pelo Global Private Banking Innovation Awards, o melhor Private Bank da América Latina em assessoria para sucessão familiar e próximas gerações, em reconhecimento ao programa Generations.

Em agosto, o BB foi destaque no **Extel Awards 2026**, uma das premiações do mercado global de capitais, figurando entre os três melhores da América Latina, pelos analistas *sell-side*, nas categorias Melhor Programa de RI, Melhor Time de RI, Melhor Programa de ASG e Melhor Profissional de RI. O reconhecimento reforça a excelência do Banco em transparência, relacionamento com investidores e governança corporativa.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas no padrão contábil IFRS.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente aos nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados financeiros com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Demonstrações Contábeis IFRS

30 de setembro de 2026



Índice

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS 3
Demonstração consolidada condensada do resultado 3
Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente 4
Balanço patrimonial consolidado condensado 5
Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa 7
Demonstração consolidada condensada do valor adicionado 9
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS 10
1– O Banco e suas operações 10
2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas 11
3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias 16
4– Informações por segmento 17
5– Receita líquida de juros 22
6– Receitas de prestação de serviços 23
7– Outras receitas e outras despesas 24
8– Despesas de pessoal 25
9– Outras despesas administrativas 26
10– Caixa e equivalentes de caixa 27
11– Aplicações interfinanceiras de liquidez 28
12– Ativos e passivos financeiros 29
13– Carteira de crédito 35
14– Investimentos em coligadas e joint ventures 42
15– Recursos de clientes 45
16– Recursos de instituições financeiras 46
17– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários 48
18– Provisões e passivos contingentes 49
19– Impostos 53
20– Patrimônio líquido 55
21– Valor justo dos instrumentos financeiros 61
22– Gestão de riscos 66
23– Benefícios a empregados 72
24– Partes relacionadas 80
25– Ativos e passivos circulantes e não circulantes 84
26– Outras informações 86
27– Eventos subsequentes 87
28– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado 88
Relatório do auditor independente 89
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras 91
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes 92
Membros da administração 93

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado

	Nota	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Receitas de juros		242.664.529	234.019.636	81.917.415	84.767.065
Despesas de juros		(168.021.199)	(160.732.388)	(56.737.394)	(59.444.112)
Receita líquida de juros	5	**74.643.330**	**73.287.248**	**25.180.021**	**25.322.953**
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(56.309.284)	(49.318.061)	(21.911.464)	(17.682.282)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11	9.827	(4.424)	18.631	28.846
Carteira de crédito	13	(55.514.605)	(53.155.632)	(21.213.856)	(17.984.032)
Outros instrumentos financeiros		(804.506)	3.841.995	(716.239)	272.904
Receita líquida de juros após provisão para perdas		**18.334.046**	**23.969.187**	**3.268.557**	**7.640.671**
Receitas não de juros		**41.876.189**	**39.045.800**	**13.612.731**	**13.243.462**
Receitas de prestação de serviços	6	27.225.293	25.840.307	9.290.597	8.790.864
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:		(1.612.459)	(2.826.198)	(226.781)	(965.429)
Ao valor justo por meio do resultado		(1.925.524)	(3.238.952)	(347.878)	(1.049.640)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		313.065	412.754	121.097	84.211
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	14	5.686.423	5.541.814	1.883.305	1.967.088
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		613.998	(251.841)	(313.005)	210.011
Outras receitas	7	9.962.934	10.741.718	2.978.615	3.240.928
Despesas não de juros		**(59.633.773)**	**(60.442.242)**	**(19.029.953)**	**(19.954.758)**
Despesas de pessoal	8	(21.187.039)	(22.026.860)	(6.906.380)	(6.854.618)
Outras despesas administrativas	9	(7.067.084)	(7.067.957)	(2.486.944)	(2.386.137)
Despesas tributárias	19	(6.859.234)	(6.553.410)	(2.215.125)	(2.213.866)
Amortização de ativos intangíveis		(2.242.285)	(2.000.559)	(781.314)	(693.102)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18	(6.571.523)	(8.984.953)	(1.083.508)	(3.182.814)
Depreciação		(2.714.077)	(2.371.465)	(917.396)	(814.911)
Outras despesas	7	(12.992.531)	(11.437.038)	(4.639.286)	(3.809.310)
Resultado antes dos tributos		**576.462**	**2.572.745**	**(2.148.665)**	**929.375**
Impostos	19	**7.557.287**	**8.194.114**	**3.919.453**	**2.077.368**
Correntes		(4.338.359)	(4.209.758)	(1.490.338)	(1.278.580)
Diferidos		11.895.646	12.403.872	5.409.791	3.355.948
Lucro líquido do período		**8.133.749**	**10.766.859**	**1.770.788**	**3.006.743**
Atribuível aos acionistas controladores		5.776.488	8.458.188	981.680	2.237.301
Atribuível aos acionistas não controladores		2.357.261	2.308.671	789.108	769.442
Lucro por ação					
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.709.745.992	5.708.696.148	5.709.745.992	5.709.057.927
Lucro básico e diluído por ação (R$)		1,01	1,48	0,17	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Lucro líquido do período	**8.133.749**	**10.766.859**	**1.770.788**	**3.006.743**
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(246.827)**	**2.520.236**	**(900.373)**	**(348.252)**
Ganhos/(perdas) não realizados	827.108	3.828.811	(710.553)	(1.014.142)
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(313.065)	(412.754)	(121.097)	(84.211)
Efeito tributário	(760.870)	(895.821)	(68.723)	750.101
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	**(315)**	**276.252**	**186.652**	**49.257**
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(72.424)	9.077	321.312	(272.513)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(5.800)	(57.680)	(65.922)	4.616
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	42.100	319.859	27.312	214.326
Efeito tributário	35.809	4.996	(96.050)	102.828
Hedge de investimento líquido no exterior	**56.887**	**140.078**	**796**	**19.618**
Ganhos/(perdas) não realizados	103.431	254.686	1.447	35.668
Efeito tributário	(46.544)	(114.608)	(651)	(16.050)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	**(670.228)**	**(2.438.261)**	**(124.222)**	**(783.228)**
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**34.718**	**134.666**	**(7.729)**	**(16.162)**
Ganhos/(perdas) não realizados	66.203	241.528	(14.734)	(29.387)
Efeito tributário	(31.485)	(106.862)	7.005	13.225
Planos de benefícios definidos	**(7.092.383)**	**(3.298.421)**	**--**	**--**
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(13.427.744)	(6.225.875)	--	--
Efeito tributário	6.335.361	2.927.454	--	--
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	**(7.918.148)**	**(2.665.450)**	**(844.876)**	**(1.078.767)**
Resultado abrangente do período	**215.601**	**8.101.409**	**925.912**	**1.927.976**
Atribuível aos acionistas controladores	(1.986.234)	6.376.245	113.397	1.418.135
Atribuível aos acionistas não controladores	2.201.835	1.725.164	812.515	509.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial consolidado condensado

	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	10	26.425.280	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil		125.259.342	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.444.630.091	1.435.612.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11	190.008.953	189.464.519
Carteira de crédito	13	1.133.064.712	1.133.069.621
Títulos e valores mobiliários	12	51.239.946	47.261.092
Outros ativos financeiros		70.316.480	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	18.624.534	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio		11.457.177	7.620.302
Derivativos		7.167.357	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	726.802.435	673.139.259
Ativos não circulantes mantidos para venda		245.055	298.917
Investimentos em coligadas e joint ventures	14	22.611.499	21.916.589
Ativo imobilizado		19.390.877	18.488.742
De uso		15.143.206	13.700.864
De direito de uso		4.247.671	4.787.878
Ativos intangíveis		13.148.517	12.053.148
Ativos fiscais		118.695.096	101.756.821
Correntes		13.007.396	12.408.456
Diferidos	19	105.687.700	89.348.365
Outros ativos		36.648.707	39.845.405
Total do ativo		**2.552.481.433**	**2.455.143.253**
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.242.302.496	2.149.846.333
Recursos de clientes	15	946.630.252	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	16	828.188.057	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	285.567.802	331.537.120
Outros passivos financeiros		181.916.385	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	7.112.021	4.474.734
Provisões		38.995.723	37.895.972
Cíveis, fiscais e trabalhistas	18	30.838.709	29.889.800
Outras provisões		8.157.014	8.006.172
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos		374.127	793.913
Passivos fiscais		19.986.650	21.834.537
Correntes		6.755.709	6.425.409
Diferidos	19	13.230.941	15.409.128
Outros passivos		51.813.569	46.730.348
Total do passivo		**2.360.584.586**	**2.261.575.837**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível a capital principal		4.000.000	4.100.000
Ações em tesouraria		(252.443)	(258.497)
Reservas de capital		6.653.637	6.643.763
Reservas de lucros		86.577.430	82.301.417
Outros resultados abrangentes		(24.405.681)	(16.642.959)
Resultados acumulados não apropriados		(6.426.307)	(6.936.049)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**186.146.636**	**189.207.675**
Participações de acionistas não controladores		5.750.211	4.359.741
Total do patrimônio líquido		**191.896.847**	**193.567.416**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.552.481.433**	**2.455.143.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores												
						Outros resultados abrangentes							
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(perdas) com hedge/outros	Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2024	**120.000.000**	**5.100.000**	**(263.523)**	**6.638.527**	**81.215.405**	**(6.049.681)**	**(5.701.461)**	**(4.625.576)**	**(1.315.096)**	**(15.375.577)**	**179.623.018**	**4.613.326**	**184.236.344**
Lucro líquido	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**8.458.188**	**8.458.188**	**2.308.671**	**10.766.859**
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	2.759.645	(3.298.421)	(1.864.590)	321.423	--	(2.081.943)	(583.507)	(2.665.450)
Total do resultado abrangente	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**2.759.645**	**(3.298.421)**	**(1.864.590)**	**321.423**	**8.458.188**	**6.376.245**	**1.725.164**	**8.101.409**
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)		(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	5.268	4.994	--	--	--	--	--	--	10.262	--	10.262
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	46.628	46.628	46.603	93.231
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	(1.705.848)	--	--	--	--	1.705.848	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(25.031)	(25.031)	--	(25.031)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(3.687.462)	--	--	--	--	--	(3.687.462)	(1.312.654)	(5.000.116)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(231.798)	(231.798)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	776.223	776.223	189.356	965.579
Saldos em 30/09/2025	**120.000.000**	**4.100.000**	**(258.255)**	**6.643.521**	**75.822.095**	**(3.290.036)**	**(8.999.882)**	**(6.490.166)**	**(993.673)**	**(4.413.721)**	**182.119.883**	**5.029.997**	**187.149.880**
Saldos em 31/12/2025	**120.000.000**	**4.100.000**	**(258.497)**	**6.643.763**	**82.301.417**	**(3.001.469)**	**(6.217.529)**	**(6.499.951)**	**(924.010)**	**(6.936.049)**	**189.207.675**	**4.359.741**	**193.567.416**
Lucro líquido	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**5.776.488**	**5.776.488**	**2.357.261**	**8.133.749**
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(246.246)	(7.092.383)	(506.560)	82.467	--	(7.762.722)	(155.426)	(7.918.148)
Total do resultado abrangente	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**(246.246)**	**(7.092.383)**	**(506.560)**	**82.467**	**5.776.488**	**(1.986.234)**	**2.201.835**	**215.601**
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(100.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(100.000)	--	(100.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	6.054	9.874	--	--	--	--	--	--	15.928	--	15.928
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	15.061	15.061	20.389	35.450
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	5.965.918	--	--	--	--	(5.965.918)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(13.717)	(13.717)	--	(13.717)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(1.689.905)	--	--	--	--	(298.814)	(1.988.719)	(1.262.617)	(3.251.336)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	187.737	187.737
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	996.642	996.642	243.126	1.239.768
Saldos em 30/09/2026	**120.000.000**	**4.000.000**	**(252.443)**	**6.653.637**	**86.577.430**	**(3.247.715)**	**(13.309.912)**	**(7.006.511)**	**(841.543)**	**(6.426.307)**	**186.146.636**	**5.750.211**	**191.896.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**8.133.749**	**10.766.859**
Ajustado por:	**56.972.115**	**58.473.236**
Perda líquida esperada	59.777.673	52.600.131
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.571.523	8.984.953
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	3.031.877	9.771.143
Depreciação	2.714.077	2.371.465
Amortização de ativos intangíveis	2.242.285	2.000.559
Perdas líquidas de capital em outros ativos	82.062	84.486
Provisão para desvalorização de valores e bens	37.277	38.616
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(313.065)	(412.754)
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(383.378)	(326.597)
Ganhos/Perdas líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(613.998)	251.841
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(2.655.175)	(2.580.913)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(5.686.423)	(5.541.814)
Impostos sobre a renda	(7.557.287)	(8.194.114)
Outros	(275.333)	(573.766)
Variação nos ativos e passivos operacionais	**(18.369.002)**	**40.649.058**
Variação líquida em depósitos no Banco Central do Brasil	(2.243.211)	(2.840.698)
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.275.620)	21.753.873
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(6.346.748)	1.678.218
Variação líquida na carteira de crédito	(58.896.915)	(146.328.299)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(140.605)	(188.155)
Variação líquida em outros ativos	(7.616.078)	(10.978.565)
Variação líquida em recursos de clientes	48.692.803	17.610.925
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.637.287	627.858
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	101.148.810	71.225.776
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(42.001.106)	29.893.345
Variação líquida em outros passivos	(41.051.718)	64.176.817
Caixa pago em impostos sobre a renda	(5.275.901)	(5.982.037)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**46.736.862**	**109.889.153**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(165.020.046)	(297.167.827)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	148.613.565	203.303.728
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(18.834.318)	(30.147.134)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	7.664.633	3.646.468
Compra de ativo imobilizado	(2.994.941)	(2.806.858)
Venda de ativo imobilizado	1.201	9.518
Aquisição de ativos intangíveis	(3.369.545)	(2.437.784)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	4.428.943	6.557.707
Aporte de capital social - Broto	(9.000)	(15.000)
Alienação de participações societárias	39.804	3.458
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(29.479.704)**	**(119.053.724)**
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(4.068.212)	(2.963.454)
Captação de passivos de longo prazo	--	14.393.300
Liquidação de arrendamentos	(1.066.493)	(1.013.341)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(3.223.466)	(6.008.672)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(2.884.422)	(2.665.762)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(36.273)	(220.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(11.278.866)**	**1.521.842**
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	**5.978.292**	**(7.642.729)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	59.635.525	83.167.243
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(3.031.877)	(9.771.143)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	62.581.940	65.753.371
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5.978.292**	**(7.642.729)**
Informações complementares		
Caixa pago em juros	(157.944.906)	(152.036.539)
Caixa recebido em juros	202.096.391	203.607.570

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(194.467)	(154.710)
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	--	410.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

	Nota	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Receitas		**222.545.011**	**218.205.561**
Intermediação financeira		241.666.068	230.941.597
Prestação de serviços		37.188.227	36.582.025
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(56.309.284)	(49.318.061)
Carteira de crédito		(55.514.605)	(53.155.632)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		9.827	(4.424)
Outros instrumentos financeiros		(804.506)	3.841.995
Despesas de intermediação financeira		**(168.021.199)**	**(160.732.388)**
Insumos adquiridos de terceiros		**(26.223.962)**	**(26.789.314)**
Materiais, energia e outros	9	(6.409.798)	(5.595.483)
Serviços de terceiros	9	(250.110)	(331.462)
Outras		(19.564.054)	(20.862.369)
Atualização de obrigações atuariais	7	(1.115.401)	(1.023.439)
Bônus de relacionamento negocial	7	(1.327.774)	(1.260.819)
Falhas em serviço e perdas operacionais	7	(156.747)	(265.491)
Outras		(16.964.132)	(18.312.620)
Valor adicionado bruto		**28.299.850**	**30.683.859**
Depreciação e amortização		(4.956.362)	(4.372.024)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**23.343.488**	**26.311.835**
Valor adicionado recebido em transferência		**5.686.423**	**5.541.814**
Resultado de equivalência patrimonial		5.686.423	5.541.814
Valor adicionado total a distribuir		**29.029.911**	**31.853.649**
Distribuição do valor adicionado		**29.029.911**	**31.853.649**
Pessoal	**8**	**21.552.948**	**22.466.373**
Remuneração direta		11.456.256	11.595.868
Benefícios		4.187.856	3.945.724
FGTS		740.657	703.932
Outros encargos		5.168.179	6.220.849
Impostos, taxas e contribuições		**(698.053)**	**(1.640.704)**
Federais		(2.516.360)	(3.437.368)
Estaduais		797	666
Municipais		1.817.510	1.795.998
Remuneração de capitais de terceiros		**41.267**	**261.121**
Aluguéis	9	41.267	261.121
Remuneração de capitais próprios		**8.133.749**	**10.766.859**
Juros sobre o capital próprio da União	20	994.360	1.843.731
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	20	994.359	1.843.731
Dividendos de acionistas não controladores		1.262.617	1.312.654
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		13.717	25.031
Lucro retido		3.774.052	4.745.695
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		1.094.644	996.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 218 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 4, respectivamente.

2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30/09/2026 foram preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em conformidade com a IAS 34, o relatório financeiro intermediário tem como finalidade fornecer uma atualização sobre o conjunto completo de demonstrações contábeis anuais mais recentes, concentrando-se em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridos no período, ao invés de duplicar informações anteriormente apresentadas.

Por essa razão, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas não incluem todas as informações requeridas quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais consolidadas e, logo, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2025, preparadas em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 10/11/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). A moeda funcional das principais subsidiárias do Grupo é detalhada no item "h" desta Nota.

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Os julgamentos e estimativas contábeis considerados importantes aplicados nestas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão relacionados com:

(i) valor justo de instrumentos financeiros;

(ii) perda esperada em instrumentos financeiros;

(iii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;

(iv) impostos sobre os lucros;

(v) reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;

(vi) pensões e outros benefícios a empregados; e

(vii) provisões e passivos contingentes.

Esses julgamentos e estimativas contábeis se encontram descritos nas demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2025.

e) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas se equivalem àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item "i" desta Nota.

f) Sazonalidade das operações

O Banco e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração as atividades exercidas pelo Grupo. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30/09/2026.

g) Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas e nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas

O Banco entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho nos períodos de três e nove meses findos em 30/09/2026 estão apresentadas nestas informações intermediárias.

Essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) incluem as mesmas rubricas e subtotais que foram apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025.

Número das notas explicativas		Títulos das notas explicativas
31/12/2025	30/09/2026	
1	1	O Banco e suas operações
2, 3 e 4	2	Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas
5	3	Aquisições, vendas e reestruturações societárias
6	4	Informações por segmento
7	5	Receita líquida de juros
8	6	Receitas de prestação de serviços
10	7	Outras receitas e outras despesas
11	8	Despesas de pessoal
12	9	Outras despesas administrativas
13	10	Caixa e equivalentes de caixa
15	11	Aplicações interfinanceiras de liquidez
16, 17 e 18	12	Ativos e passivos financeiros
19	13	Carteira de crédito
20	14	Investimentos em coligadas e joint ventures
25	15	Recursos de clientes
26	16	Recursos de instituições financeiras
27	17	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários
28	18	Provisões e passivos contingentes
29	19	Impostos
30	20	Patrimônio líquido
31	21	Valor justo dos instrumentos financeiros
34	22	Gestão de riscos
37	23	Benefícios a empregados
38	24	Partes relacionadas
39	25	Ativos e passivos circulantes e não circulantes
40	26	Outras informações
41	27	Eventos subsequentes
42	28	Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

h) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, segregadas por segmentos de negócios. Não foram identificadas restrições significativas para transferência de recursos intragrupo.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/09/2026	31/12/2025
				% Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. [1]	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. [2]	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. [2]	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. [2]	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior [3]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior [3]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias [3]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%
Cotia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios [3]	Fundos de Investimento	Brasil	Real	50,11%	--
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NPL – Ativos I	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--

1 - Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 - Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 - Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026

Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações em normas específicas para instrumentos financeiros. Essas mudanças incluem novos critérios para: o desreconhecimento de passivos financeiros; teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros) em contratos de empréstimos e seus equivalentes; e critérios de divulgação de instrumentos financeiros.

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações que introduzem regras específicas para contratos que referenciam eletricidade gerada por fontes dependentes de condições naturais (ex. vento, sol) que apresentem variabilidade na quantidade de energia entregue.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11 – Em 18/07/2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas

internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

IFRS 18 – Apresentação e evidenciação das demonstrações financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios previamente existentes foram mantidos, com alterações incrementais, inexistindo impactos no reconhecimento ou mensuração de itens das demonstrações financeiras. Podem ocorrer alterações na composição do "Resultado operacional".

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, devendo também serem aplicadas aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em novembro de 2025, o IASB adicionou requisitos para entidades que utilizem moeda de apresentação hiperinflacionária, desde que a funcional não seja.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida sua adoção antecipada.

IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios – Em maio de 2026, o IASB emitiu norma que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios decorrentes de acordos de regulação tarifária. O normativo busca refletir adequadamente nas demonstrações contábeis os efeitos das diferenças temporais entre a prestação de serviços regulados e sua correspondente recuperação ou devolução por meio de tarifas futuras.

A norma permite o reconhecimento de ativos regulatórios quando a entidade possui direito exigível de recuperar valores por meio de tarifas futuras e de passivos regulatórios quando possui obrigação exigível de devolver valores aos clientes em períodos futuros.

A norma tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2029, substituindo a IFRS 14, devendo também ser aplicada aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em junho de 2026, o IASB emitiu alterações à IAS 28 que esclarecem quais entidades são elegíveis para optar pela mensuração de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto ao valor justo por meio do resultado, em conformidade com a IFRS 9, bem como o conceito de entidades similares para fins de aplicação dessa opção.

Essas alterações deverão ser aplicadas em conjunto com a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras e, consequentemente, têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada quando da adoção antecipada da IFRS 18.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

j) Informações para efeito de comparabilidade

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes realizados na Demonstração consolidada do resultado, na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e na Demonstração consolidada do valor adicionado decorrentes de mudança de política contábil realizada de forma voluntária e para melhor evidenciação das informações contábeis, nos termos da IAS 8. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos das respectivas notas explicativas:

Demonstração consolidada condensada do resultado

01/01 a 30/09/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(49.318.061)	--	(49.318.061)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.248)	14.824	(4.424)
Carteira de crédito	(53.140.808)	(14.824)	(53.155.632)
Receitas não de juros	**35.181.803**	**3.863.997**	**39.045.800**
Receitas de prestação de serviços	21.976.310	3.863.997	25.840.307
Despesas não de juros	**(56.578.245)**	**(3.863.997)**	**(60.442.242)**
Outras despesas administrativas	(6.627.578)	(440.379)	(7.067.957)
Outras despesas	(8.013.420)	(3.423.618)	(11.437.038)

Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa

01/01 a 30/09/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	22.407.542	(653.669)	21.753.873
Variação líquida na carteira de crédito	(146.981.968)	653.669	(146.328.299)

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

01/01 a 30/09/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Receitas	**214.341.564**	**3.863.997**	**218.205.561**
Prestação de serviços	32.718.028	3.863.997	36.582.025
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(49.318.061)	--	(49.318.061)
Carteira de crédito	(53.140.808)	(14.824)	(53.155.632)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.248)	14.824	(4.424)
Insumos adquiridos de terceiros	**(22.925.317)**	**(3.863.997)**	**(26.789.314)**
Outras	(16.998.372)	(3.863.997)	(20.862.369)
Outras	(14.448.623)	(3.863.997)	(18.312.620)

3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.

4– Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito inclui o cálculo de pisos mínimos de provisionamento, realizados de acordo com os dias de atraso e a classificação dos instrumentos financeiros em carteiras definidas pelo Bacen.
- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vedação de correção monetária nas demonstrações financeiras decorrente de entidade que opera em economia hiperinflacionária.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 14. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	01/01 a 30/09/2026									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	241.358.960	227.820	342.156	956.165	231.255	1.555.657	(2.146.456)	242.525.557	138.972	242.664.529
Despesas de juros	(169.217.783)	(365.183)	--	--	--	(446.146)	2.080.437	(167.948.675)	(72.524)	(168.021.199)
Receita líquida de juros	**72.141.177**	**(137.363)**	**342.156**	**956.165**	**231.255**	**1.109.511**	**(66.019)**	**74.576.882**	**66.448**	**74.643.330**
Perda líquida esperada	(55.539.120)	(505)	--	--	--	(121.413)	--	(55.661.038)	(648.246)	(56.309.284)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	**16.602.057**	**(137.868)**	**342.156**	**956.165**	**231.255**	**988.098**	**(66.019)**	**18.915.844**	**(581.798)**	**18.334.046**
Receitas não de juros	**26.441.647**	**427.180**	**3.408.679**	**8.301.986**	**1.103.218**	**4.907.233**	**(2.577.497)**	**42.012.446**	**(136.257)**	**41.876.189**
Receitas de prestação de serviços	16.421.871	221.869	3.403.573	4.196.993	34.643	4.615.758	(1.672.987)	27.221.720	3.573	27.225.293
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.775.316)	163.421	(1.148)	--	(124)	(128)	--	(1.613.295)	836	(1.612.459)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	769.069	3.129	--	4.080.353	916.780	--	--	5.769.331	(82.908)	5.686.423
Outras receitas operacionais	11.026.023	38.761	6.254	24.640	151.919	291.603	(904.510)	10.634.690	(57.758)	10.576.932
Despesas não de juros	**(56.350.310)**	**(146.542)**	**(568.497)**	**(917.279)**	**(96.209)**	**(3.019.361)**	**2.643.516**	**(58.454.682)**	**(1.179.091)**	**(59.633.773)**
Despesas de pessoal	(20.450.003)	(33.880)	(137.591)	(74.033)	(2.634)	(490.966)	5.584	(21.183.523)	(3.516)	(21.187.039)
Outras despesas administrativas	(8.091.992)	(22.531)	(81.429)	(175.021)	(1.237)	(588.157)	1.789.487	(7.170.880)	103.796	(7.067.084)
Despesas tributárias	(5.383.689)	(27.677)	(243.066)	(530.995)	(26.076)	(646.519)	--	(6.858.022)	(1.212)	(6.859.234)
Amortização de ativos intangíveis	(2.239.614)	--	--	(93)	--	(2.953)	--	(2.242.660)	375	(2.242.285)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.554.830)	(3.881)	24.130	(3.271)	(8)	(33.663)	--	(6.571.523)	--	(6.571.523)
Depreciação	(2.204.288)	--	--	--	--	(78.785)	--	(2.283.073)	(431.004)	(2.714.077)
Outras despesas operacionais	(11.425.894)	(58.573)	(130.541)	(133.866)	(66.254)	(1.178.318)	848.445	(12.145.001)	(847.530)	(12.992.531)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(13.306.606)**	**142.770**	**3.182.338**	**8.340.872**	**1.238.264**	**2.875.970**	**--**	**2.473.608**	**(1.897.146)**	**576.462**
Impostos	**11.368.663**	**(61.728)**	**(1.267.564)**	**(1.441.930)**	**(101.958)**	**(894.397)**	**--**	**7.601.086**	**(43.799)**	**7.557.287**
Correntes	(515.140)	(23.056)	(1.257.792)	(1.442.137)	(57.189)	(1.046.331)	--	(4.341.645)	3.286	(4.338.359)
Diferidos	11.883.803	(38.672)	(9.772)	207	(44.769)	151.934	--	11.942.731	(47.085)	11.895.646
Lucro líquido do período	**(1.937.943)**	**81.042**	**1.914.774**	**6.898.942**	**1.136.306**	**1.981.573**	**--**	**10.074.694**	**(1.940.945)**	**8.133.749**
Atribuível aos acionistas controladores	(2.343.468)	81.042	1.914.774	4.708.881	1.136.306	1.982.796	--	7.480.331	(1.703.843)	5.776.488
Atribuível aos acionistas não controladores	405.525	--	--	2.190.061	--	(1.223)	--	2.594.363	(237.102)	2.357.261
Investimentos em coligadas e joint ventures	**6.792.787**	**405.302**	**--**	**8.376.162**	**5.599.043**	**--**	**--**	**21.173.294**	**1.438.205**	**22.611.499**
Ativos não circulantes	**31.428.237**	**--**	**--**	**1.285**	**--**	**394.870**	**(1.294)**	**31.823.098**	**961.351**	**32.784.449**
Ativo	**2.543.116.248**	**5.591.104**	**4.173.717**	**20.690.368**	**11.270.175**	**17.858.552**	**(53.529.649)**	**2.549.170.515**	**3.310.918**	**2.552.481.433**
Passivo	**2.359.203.206**	**4.819.866**	**2.072.984**	**7.763.854**	**202.022**	**13.541.540**	**(28.554.265)**	**2.359.049.207**	**1.535.379**	**2.360.584.586**
Patrimônio líquido	**183.913.042**	**771.238**	**2.100.733**	**12.926.514**	**11.068.153**	**4.317.012**	**(24.975.384)**	**190.121.308**	**1.775.539**	**191.896.847**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/09/2025									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	233.158.085	116.850	301.347	832.074	341.749	1.391.540	(2.042.222)	234.099.423	(79.787)	234.019.636
Despesas de juros	(162.174.330)	(205.494)	--	--	--	(542.152)	2.042.222	(160.879.754)	147.366	(160.732.388)
Receita líquida de juros	**70.983.755**	**(88.644)**	**301.347**	**832.074**	**341.749**	**849.388**	**--**	**73.219.669**	**67.579**	**73.287.248**
Perda líquida esperada	(43.708.188)	(23.725)	--	--	--	(95.675)	--	(43.827.588)	(5.490.473)	(49.318.061)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	**27.275.567**	**(112.369)**	**301.347**	**832.074**	**341.749**	**753.713**	**--**	**29.392.081**	**(5.422.894)**	**23.969.187**
Receitas não de juros	**25.161.378**	**1.008.530**	**3.083.893**	**8.230.307**	**1.331.542**	**4.515.798**	**(2.231.632)**	**41.099.816**	**(2.054.016)**	**39.045.800**
Receitas de prestação de serviços	15.550.853	364.390	3.073.751	4.287.402	33.657	4.171.038	(1.361.636)	26.119.455	(279.148)	25.840.307
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(3.115.516)	503.462	35	--	37	(17.346)	--	(2.629.328)	(196.870)	(2.826.198)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	792.353	10.916	--	3.921.742	1.146.663	--	--	5.871.674	(329.860)	5.541.814
Outras receitas operacionais	11.933.688	129.762	10.107	21.163	151.185	362.106	(869.996)	11.738.015	(1.248.138)	10.489.877
Despesas não de juros	**(57.929.452)**	**(184.050)**	**(504.546)**	**(899.539)**	**(87.339)**	**(2.709.761)**	**2.231.632**	**(60.083.055)**	**(359.187)**	**(60.442.242)**
Despesas de pessoal	(21.461.201)	(31.998)	(122.764)	(71.396)	(3.623)	(466.979)	4.965	(22.152.996)	126.136	(22.026.860)
Outras despesas administrativas	(8.499.762)	(39.023)	(70.349)	(185.211)	(1.145)	(442.757)	1.592.065	(7.646.182)	578.225	(7.067.957)
Despesas tributárias	(5.189.314)	(56.872)	(219.705)	(538.192)	(31.485)	(593.147)	--	(6.628.715)	75.305	(6.553.410)
Amortização de ativos intangíveis	(1.997.863)	--	--	(89)	--	(3.398)	--	(2.001.350)	791	(2.000.559)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.934.980)	(25.923)	(1.483)	(6.194)	(46)	(16.327)	--	(8.984.953)	--	(8.984.953)
Depreciação	(1.428.277)	--	--	--	--	(70.845)	--	(1.499.122)	(872.343)	(2.371.465)
Outras despesas operacionais	(10.418.055)	(30.234)	(90.245)	(98.457)	(51.040)	(1.116.308)	634.602	(11.169.737)	(267.301)	(11.437.038)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(5.492.507)**	**712.111**	**2.880.694**	**8.162.842**	**1.585.952**	**2.559.750**	**--**	**10.408.842**	**(7.836.097)**	**2.572.745**
Impostos	**8.757.936**	**(311.930)**	**(1.144.883)**	**(1.435.526)**	**(142.169)**	**(823.658)**	**--**	**4.899.770**	**3.294.344**	**8.194.114**
Correntes	(264.333)	(310.312)	(1.145.196)	(1.436.601)	(97.432)	(994.799)	--	(4.248.673)	38.915	(4.209.758)
Diferidos	9.022.269	(1.618)	313	1.075	(44.737)	171.141	--	9.148.443	3.255.429	12.403.872
Lucro líquido do período	**3.265.429**	**400.181**	**1.735.811**	**6.727.316**	**1.443.783**	**1.736.092**	**--**	**15.308.612**	**(4.541.753)**	**10.766.859**
Atribuível aos acionistas controladores	2.926.396	400.181	1.735.811	4.591.819	1.443.783	1.737.665	--	12.835.655	(4.377.467)	8.458.188
Atribuível aos acionistas não controladores	339.033	--	--	2.135.497	--	(1.573)	--	2.472.957	(164.286)	2.308.671
Investimentos em coligadas e joint ventures	**6.811.506**	**385.993**	**--**	**8.219.643**	**4.356.583**	**--**	**--**	**19.773.725**	**1.490.075**	**21.263.800**
Ativos não circulantes	**26.947.602**	**--**	**--**	**2.116**	**--**	**376.696**	**(2.070)**	**27.324.344**	**2.097.326**	**29.421.670**
Ativo	**2.536.649.689**	**4.203.984**	**3.531.611**	**20.244.749**	**11.491.105**	**17.150.481**	**(54.553.581)**	**2.538.718.038**	**2.052.393**	**2.540.770.431**
Passivo	**2.356.556.049**	**3.280.510**	**1.486.866**	**7.945.858**	**275.273**	**13.517.778**	**(30.931.118)**	**2.352.131.216**	**1.489.335**	**2.353.620.551**
Patrimônio líquido	**180.093.640**	**923.474**	**2.044.745**	**12.298.891**	**11.215.832**	**3.632.703**	**(23.622.463)**	**186.586.822**	**563.058**	**187.149.880**

h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	01/01 a 30/09/2026	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	01/01 a 30/09/2026
Ativo	2.385.428.582	273.022.077	(105.969.226)	167.052.851	2.552.481.433
Receitas	273.024.988	16.778.949	(5.263.219)	11.515.730	284.540.718
Despesas (inclui impostos)	(265.577.549)	(13.825.371)	2.995.951	(10.829.420)	(276.406.969)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	(750.260)	3.593.990	(2.267.268)	1.326.722	576.462
Lucro/(prejuízo) líquido	7.447.439	2.953.578	(2.267.268)	686.310	8.133.749

	Brasil	Outros países			Total
	01/01 a 30/09/2025	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	01/01 a 30/09/2025
Ativo	2.376.607.367	316.765.995	(152.602.931)	164.163.064	2.540.770.431
Receitas	262.255.353	19.358.204	(8.548.121)	10.810.083	273.065.436
Despesas (inclui impostos)	(249.936.548)	(18.924.041)	6.562.012	(12.362.029)	(262.298.577)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	2.111.288	2.447.566	(1.986.109)	461.457	2.572.745
Lucro/(prejuízo) líquido	12.318.805	434.163	(1.986.109)	(1.551.946)	10.766.859

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a carteira de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez.

5– Receita líquida de juros

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Receitas de juros	**242.664.529**	**234.019.636**	**81.917.415**	**84.767.065**
Carteira de crédito	128.782.381	129.795.330	43.149.207	44.942.005
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	65.281.352	48.482.472	22.585.304	19.777.007
Aplicações interfinanceiras de liquidez	23.579.175	34.049.263	7.855.834	12.239.450
Depósitos no Banco Central do Brasil	8.249.570	7.300.750	2.925.549	2.801.118
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	7.356.296	5.388.924	2.349.578	1.942.276
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.135.643	826.094	372.076	165.848
Outras receitas de juros [1]	8.280.112	8.176.803	2.679.867	2.899.361
Despesas de juros	**(168.021.199)**	**(160.732.388)**	**(56.737.394)**	**(59.444.112)**
Recursos de instituições financeiras	(77.763.890)	(70.792.705)	(26.443.395)	(26.366.958)
Recursos de clientes	(59.265.230)	(55.326.077)	(20.146.407)	(20.202.300)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(30.024.696)	(33.717.409)	(9.869.885)	(12.637.033)
Outras despesas de juros	(967.383)	(896.197)	(277.707)	(237.821)
Receita líquida de juros	**74.643.330**	**73.287.248**	**25.180.021**	**25.322.953**

1 - Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6– Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Prestação de serviços a clientes	**8.838.669**	**8.741.812**	**2.880.780**	**2.865.398**
Conta corrente	4.148.009	4.077.401	1.395.984	1.393.566
Rendas de cartões	1.547.642	1.473.948	507.913	478.886
Operações de crédito e garantias prestadas	1.129.598	1.008.288	307.037	282.563
Cobrança	837.045	871.877	284.160	284.320
Arrecadações	741.109	722.985	246.891	235.759
Rendas do mercado de capitais	394.036	541.707	124.620	175.676
Interbancária	41.230	45.606	14.175	14.628
Administração de recursos de terceiros	**11.853.300**	**10.634.606**	**4.192.655**	**3.736.803**
Fundos de investimento	8.705.203	7.815.635	3.111.494	2.750.766
Consórcios	2.926.015	2.596.710	1.009.371	916.572
Tesouro nacional e fundos oficiais	222.082	222.261	71.790	69.465
Comissões	**4.535.792**	**4.540.997**	**1.524.199**	**1.569.098**
Comercialização de seguros	3.941.294	3.927.877	1.326.909	1.361.979
Comercialização de produtos de capitalização	412.895	449.532	133.679	146.902
Comercialização de produtos de previdência	181.603	163.588	63.611	60.217
Outros serviços	**1.997.532**	**1.922.892**	**692.963**	**619.565**
Total	**27.225.293**	**25.840.307**	**9.290.597**	**8.790.864**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Atualização de ativo atuarial	2.932.701	2.829.118	799.984	836.642
Títulos e créditos a receber	2.208.078	2.223.853	747.973	670.178
Recuperação de encargos e despesas	1.290.577	1.453.258	425.273	525.456
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	935.856	861.627	210.252	207.707
Operações com cartões	757.852	931.324	279.307	312.951
Ganhos na alienação de valores e bens	383.378	326.597	88.144	138.949
Clube de Benefícios BB	314.531	369.934	100.542	118.260
Reversão de provisões para pagamentos diversos	142.142	458.644	65.701	43.176
Ganhos de capital	48.625	48.219	16.033	15.821
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	32.338	166.457	8.944	130.864
Outras	916.856	1.072.687	236.462	240.924
Total	**9.962.934**	**10.741.718**	**2.978.615**	**3.240.928**

b) Outras despesas

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Operações com cartões	(2.525.761)	(1.735.586)	(980.413)	(588.789)
Serviços de terceiros	(1.418.142)	(1.334.266)	(485.123)	(460.112)
Bônus de relacionamento negocial	(1.327.774)	(1.260.819)	(476.603)	(436.292)
Perdas na posição monetária líquida [1]	(1.248.965)	(925.365)	(362.806)	(180.759)
Atualização de obrigações atuariais	(1.115.401)	(1.023.439)	(424.560)	(353.653)
Transporte de valores	(549.921)	(471.747)	(173.199)	(158.457)
Convênio INSS	(539.849)	(466.247)	(187.081)	(158.949)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(538.003)	(668.470)	(174.423)	(234.267)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(382.680)	(413.340)	(124.896)	(144.144)
Autoatendimento	(197.599)	(345.726)	(64.979)	(79.865)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(156.747)	(265.491)	(46.975)	(145.244)
Perdas de capital	(123.081)	(111.877)	(41.697)	(51.526)
Comissões por recebimento de créditos	(91.041)	(89.103)	(30.218)	(34.931)
Atualização de valores a liberar	(31.583)	(36.535)	(15.157)	(13.873)
Outras	(2.745.984)	(2.289.027)	(1.051.156)	(768.449)
Total	**(12.992.531)**	**(11.437.038)**	**(4.639.286)**	**(3.809.310)**

1 - Ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 23,6% no período de 01/01 a 30/09/2026 (21,9% no período de 01/01 a 30/09/2025).

8– Despesas de pessoal

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Proventos	(10.130.825)	(9.475.712)	(3.218.287)	(3.002.549)
Benefícios	(3.273.578)	(3.122.319)	(1.095.409)	(1.041.382)
Encargos sociais	(3.128.133)	(4.201.396)	(1.008.331)	(984.768)
Provisões administrativas de pessoal	(2.780.703)	(2.723.384)	(1.086.599)	(1.166.311)
Participação nos lucros [1]	(899.733)	(1.626.576)	(169.455)	(353.261)
Previdência complementar	(867.457)	(781.151)	(287.582)	(272.851)
Honorários de diretores e conselheiros	(59.789)	(54.068)	(20.246)	(19.175)
Treinamentos	(46.821)	(42.254)	(20.471)	(14.321)
Total	**(21.187.039)**	**(22.026.860)**	**(6.906.380)**	**(6.854.618)**

1 - Inclui o montante de R$ 10.253 mil no período de 01/01 a 30/09/2026 (R$ 10.756 mil no período de 01/01 a 30/09/2025) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 20.m).

9– Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Processamento de dados	(1.393.721)	(1.224.832)	(503.273)	(420.216)
Serviços de vigilância e segurança	(1.170.810)	(1.095.475)	(396.014)	(365.505)
Manutenção e conservação de bens	(733.843)	(699.136)	(258.719)	(226.540)
Serviços técnicos especializados	(657.331)	(560.163)	(248.307)	(187.165)
Propaganda e publicidade	(410.912)	(397.657)	(179.696)	(149.872)
Serviços do sistema financeiro	(367.536)	(433.452)	(121.042)	(142.887)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(365.909)	(439.512)	(107.143)	(121.572)
Água, energia e gás	(334.997)	(333.742)	(106.261)	(98.785)
Comunicações	(286.674)	(346.272)	(87.323)	(108.200)
Serviços de terceiros	(250.110)	(331.462)	(76.624)	(98.346)
Promoções e relações públicas	(221.729)	(193.607)	(66.117)	(69.300)
Contribuições filantrópicas	(131.548)	(136.166)	(54.370)	(67.699)
Viagens	(125.425)	(116.532)	(52.064)	(43.469)
Transporte	(86.282)	(110.173)	(27.746)	(31.825)
Aluguéis	(41.267)	(261.121)	(13.437)	(132.712)
Material	(13.895)	(25.146)	(4.422)	(9.260)
Outras	(475.095)	(363.509)	(184.386)	(112.784)
Total	**(7.067.084)**	**(7.067.957)**	**(2.486.944)**	**(2.386.137)**

10– Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	**26.425.280**	**19.737.849**
Disponibilidades em moeda nacional	13.465.429	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	12.959.851	9.498.403
Depósitos no Banco Central do Brasil	**2.999.998**	**--**
Aplicações voluntárias no Banco Central	2.999.998	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	**33.156.662**	**39.897.676**
Aplicações em operações compromissadas	753.394	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.403.268	39.583.823
Total de caixa e equivalentes de caixa	**62.581.940**	**59.635.525**

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11– Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	**142.065.065**	**128.352.536**
Revendas a liquidar - posição bancada	**922.259**	**1.383.241**
Títulos públicos federais - no país	399.998	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	401.954	1.168.051
Outros títulos no exterior	120.307	199.190
Revendas a liquidar - posição financiada	**141.142.806**	**126.969.295**
Títulos públicos federais - no país	141.142.806	126.965.499
Outros títulos	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**47.951.241**	**61.130.780**
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	**190.016.306**	**189.483.316**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(7.353)**	**(18.797)**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(7.275)	(18.634)
Aplicações em operações compromissadas	(78)	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	**190.008.953**	**189.464.519**

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Variação cambial	Saldo em 30/09/2026
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(18.634)	11.359	--	(7.275)
Aplicações em operações compromissadas	(163)	(1.532)	1.617	(78)
Total	**(18.797)**	**9.827**	**1.617**	**(7.353)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12– Ativos e passivos financeiros

a) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Valor justo dos ativos financeiros

	30/09/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	**9.879.440**	**400.948**	**10.280.388**	**6.647.486**	**34.908**	**6.682.394**
Títulos públicos federais brasileiros	5.561.424	9.027	5.570.451	3.560.060	816	3.560.876
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.401.123	118.829	3.519.952	2.854.343	(12.493)	2.841.850
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	604.091	287.750	891.841	204.502	46.640	251.142
Títulos emitidos por empresas financeiras	312.802	(14.658)	298.144	28.581	(55)	28.526
Instrumentos de patrimônio	**1.130.915**	**45.874**	**1.176.789**	**849.303**	**88.605**	**937.908**
Fundos mútuos de investimento e outros	968.638	45.804	1.014.442	717.710	88.516	806.226
Ações	162.277	70	162.347	131.593	89	131.682
Total	**11.010.355**	**446.822**	**11.457.177**	**7.496.789**	**123.513**	**7.620.302**

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros para a categoria valor justo por meio do resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Derivativos

Ativos	30/09/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	3.030.748	905.364	3.936.112	2.235.990	547.524	2.783.514
Operações a termo [1]	2.239.993	(272.886)	1.967.107	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	1.054.894	(277.812)	777.082	887.148	(375.988)	511.160
Outros [2]	493.226	(6.170)	487.056	492.476	(6.732)	485.744
Total	**6.818.861**	**348.496**	**7.167.357**	**4.737.044**	**(79.560)**	**4.657.484**

Passivos	30/09/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo [1]	(6.079.537)	2.903.409	(3.176.128)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Swaps	(1.369.557)	(763.718)	(2.133.275)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Opções	(924.030)	(763.078)	(1.687.108)	(983.261)	169.746	(813.515)
Outros [2]	(142.098)	26.588	(115.510)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	**(8.515.222)**	**1.403.201**	**(7.112.021)**	**(5.987.579)**	**1.512.845**	**(4.474.734)**

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.
2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	30/09/2026				31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida	**728.009.007**	**(3.737.752)**	**(15.010)**	**724.256.245**	**674.002.349**	**(3.038.293)**	**(138.494)**	**670.825.562**
Títulos públicos federais brasileiros	709.427.788	(2.957.168)	--	706.470.620	657.276.573	(2.961.452)	--	654.315.121
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.828.196	(481.229)	(6.185)	9.340.782	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.312.886	(241.537)	(7.721)	6.063.628	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.440.137	(57.818)	(1.104)	2.381.215	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Instrumentos de patrimônio [1]	**2.202.118**	**344.072**	**--**	**2.546.190**	**2.035.778**	**277.919**	**--**	**2.313.697**
Fundos mútuos de investimento	2.056.071	157.647	--	2.213.718	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Ações	146.047	186.425	--	332.472	152.090	131.487	--	283.577
Total	**730.211.125**	**(3.393.680)**	**(15.010)**	**726.802.435**	**676.038.127**	**(2.760.374)**	**(138.494)**	**673.139.259**

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2026
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(98.407)	90.686	(7.721)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(38.377)	32.192	(6.185)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(1.710)	606	(1.104)
Total	**(138.494)**	**123.484**	**(15.010)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos de dívida e patrimônio por estágio

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida e de patrimônio								
Títulos públicos federais brasileiros	706.470.620	--	--	706.470.620	654.315.121	--	--	654.315.121
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.329.993	--	10.789	9.340.782	9.311.294	--	135	9.311.429
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.063.628	--	--	6.063.628	4.202.406	1.612.709	--	5.815.115
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.381.215	--	--	2.381.215	1.383.897	--	--	1.383.897
Fundos mútuos de investimento	2.213.718	--	--	2.213.718	2.030.120	--	--	2.030.120
Ações	332.472	--	--	332.472	283.577	--	--	283.577
Total	**726.791.646**	**--**	**10.789**	**726.802.435**	**671.526.415**	**1.612.709**	**135**	**673.139.259**

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	30/09/2026	31/12/2025
Compromissos de recompra	535.084.918	469.525.174
Prestação de garantia	24.614.512	21.058.292
Total	**559.699.430**	**490.583.466**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	30/09/2026					31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	28.315.286	16.328.609	--	--	44.643.895	31.773.004	10.325.445	--	--	42.098.449
Títulos públicos federais brasileiros	839.200	5.774.876	--	--	6.614.076	1.856.856	3.619.375	--	--	5.476.231
Títulos emitidos por empresas não financeiras	40.454	--	--	--	40.454	--	639	--	--	639
Títulos emitidos por empresas financeiras	766	--	--	--	766	5.046	--	--	--	5.046
Subtotal	**29.195.706**	**22.103.485**	**--**	**--**	**51.299.191**	**33.634.906**	**13.945.459**	**--**	**--**	**47.580.365**
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(13.626)	(45.619)	--	--	(59.245)	(315.369)	(3.904)	--	--	(319.273)
Total	**29.182.080**	**22.057.866**	**--**	**--**	**51.239.946**	**33.319.537**	**13.941.555**	**--**	**--**	**47.261.092**

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/09/2026
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(319.273)	260.028	(59.245)
Total	**(319.273)**	**260.028**	**(59.245)**

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumento de dívida por estágios

	30/09/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	44.643.895	--	--	44.643.895	36.098.519	5.999.930	--	42.098.449
Títulos públicos federais brasileiros	6.614.076	--	--	6.614.076	5.476.231	--	--	5.476.231
Títulos emitidos por empresas não financeiras	40.454	--	--	40.454	639	--	--	639
Títulos emitidos por empresas financeiras	766	--	--	766	5.046	--	--	5.046
Subtotal	**51.299.191**	**--**	**--**	**51.299.191**	**41.580.435**	**5.999.930**	**--**	**47.580.365**
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(59.245)	--	--	(59.245)	(61.064)	(258.209)	--	(319.273)
Total	**51.239.946**	**--**	**--**	**51.239.946**	**41.519.371**	**5.741.721**	**--**	**47.261.092**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13– Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	30/09/2026	31/12/2025
Operações de crédito	**1.031.850.416**	**1.022.471.175**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	387.392.709	388.276.123
Financiamentos	207.482.458	198.692.549
Financiamentos rurais	375.579.057	373.579.404
Financiamentos imobiliários	61.318.977	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão [1]	77.215	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	**202.187.905**	**206.285.614**
Títulos com características de concessão de crédito	96.191.435	101.820.642
Operações com cartão de crédito	57.978.272	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	29.819.161	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas [2]	6.362.127	7.379.771
Diversos	11.836.910	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	**1.200.806**	**1.150.006**
Total da carteira de crédito	**1.235.239.127**	**1.229.906.795**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(102.174.415)**	**(96.837.174)**
Perdas esperadas com operações de crédito	(96.006.290)	(88.743.131)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(5.987.524)	(7.908.085)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	(180.601)	(185.958)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	**1.133.064.712**	**1.133.069.621**

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	30/09/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	**114.668.425**	**9,3**	**101.671.109**	**8,3**
Administração pública	90.493.728	7,3	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.739.670	1,4	16.865.575	1,4
Serviços	5.071.073	0,4	3.641.104	0,3
Energia elétrica	784.364	0,1	12.804	--
Demais atividades	1.579.590	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	**1.120.570.702**	**90,7**	**1.128.235.686**	**91,7**
Pessoa física	**726.558.634**	**58,8**	**733.923.573**	**59,7**
Pessoa jurídica	**394.012.068**	**31,9**	**394.312.113**	**32,0**
Agronegócio de origem vegetal	63.912.956	5,2	55.627.408	4,5
Serviços	51.799.230	4,2	52.571.121	4,3
Mineração e metalurgia	26.246.924	2,1	24.405.973	2,0
Automotivo	23.987.026	1,9	20.878.392	1,7
Energia elétrica	23.213.478	1,9	25.725.650	2,1
Agronegócio de origem animal	22.402.684	1,8	20.358.676	1,7
Transportes	18.525.927	1,5	21.059.441	1,7
Químico	17.074.042	1,4	16.363.756	1,3
Insumos agrícolas	16.776.544	1,4	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.054.846	1,3	16.989.899	1,4
Eletroeletrônico	13.553.023	1,1	13.055.080	1,1
Combustíveis	12.498.639	1,0	16.132.820	1,3
Atividades específicas da construção	12.411.306	1,0	12.941.431	1,1
Imobiliário	12.340.563	1,0	13.239.738	1,1
Instituições e serviços financeiros	11.759.658	1,0	13.135.708	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	11.538.220	0,9	11.495.420	0,9
Papel e celulose	10.741.633	0,9	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.223.457	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.205.478	0,6	7.419.285	0,6
Telecomunicações	5.204.403	0,4	5.324.959	0,4
Construção pesada	3.736.526	0,3	6.251.618	0,5
Demais atividades	4.805.505	0,3	5.060.712	0,3
Total	**1.235.239.127**	**100,0**	**1.229.906.795**	**100,0**

c) Escalonamento da carteira de crédito por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	30/09/2026	31/12/2025
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	81.747.921	82.114.989
31 a 60 dias	37.364.775	36.589.400
61 a 90 dias	36.160.770	30.234.243
91 a 180 dias	84.015.602	101.686.120
181 a 360 dias	152.376.390	160.455.694
Acima de 360 dias	790.804.120	772.612.800
Subtotal	**1.182.469.578**	**1.183.693.246**
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	7.879.344	4.956.350
15 a 30 dias	2.769.660	3.120.044
31 a 60 dias	5.055.395	4.503.005
61 a 90 dias	4.318.747	3.500.917
91 a 180 dias	13.839.933	11.083.570
181 a 360 dias	15.618.154	13.580.791
Acima de 360 dias	3.288.316	5.468.872
Subtotal	**52.769.549**	**46.213.549**
Total	**1.235.239.127**	**1.229.906.795**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

	30/09/2026							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**904.481.851**	**(16.583.138)**	**27.082.237**	**(8.825.239)**	**100.286.328**	**(70.597.913)**	**1.031.850.416**	**(96.006.290)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	319.458.964	(3.526.542)	14.113.550	(4.358.191)	53.820.195	(38.243.365)	387.392.709	(46.128.098)
Financiamentos	199.866.987	(537.642)	1.980.794	(423.611)	5.634.677	(4.000.265)	207.482.458	(4.961.518)
Financiamentos rurais	329.714.471	(12.298.410)	9.897.616	(4.017.269)	35.966.970	(27.791.821)	375.579.057	(44.107.500)
Financiamentos imobiliários	55.364.313	(220.542)	1.090.251	(26.168)	4.864.413	(562.462)	61.318.977	(809.172)
Operações de crédito vinculadas a cessão	77.116	(2)	26	--	73	--	77.215	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**190.762.506**	**(727.723)**	**2.754.115**	**(361.814)**	**8.671.284**	**(4.897.987)**	**202.187.905**	**(5.987.524)**
Títulos com características de concessão de crédito	89.592.565	(159.707)	768.474	(39.989)	5.830.396	(2.905.992)	96.191.435	(3.105.688)
Operações com cartão de crédito	55.832.775	(499.902)	1.624.554	(265.861)	520.943	(322.136)	57.978.272	(1.087.899)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	28.427.985	(56.822)	133.735	(19.734)	1.257.441	(775.837)	29.819.161	(852.393)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	6.362.105	(2.311)	--	--	22	(22)	6.362.127	(2.333)
Diversos	10.547.076	(8.981)	227.352	(36.230)	1.062.482	(894.000)	11.836.910	(939.211)
Operações de arrendamento mercantil	**1.012.774**	**(4.153)**	**12.006**	**(1.287)**	**176.026**	**(175.161)**	**1.200.806**	**(180.601)**
Total	**1.096.257.131**	**(17.315.014)**	**29.848.358**	**(9.188.340)**	**109.133.638**	**(75.671.061)**	**1.235.239.127**	**(102.174.415)**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2025							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	**898.787.026**	**(13.619.838)**	**31.422.920**	**(11.144.738)**	**92.261.229**	**(63.978.555)**	**1.022.471.175**	**(88.743.131)**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.492	(4.103.287)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(33.428.400)	388.276.123	(41.686.053)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.145.149)	198.692.549	(5.036.101)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(25.647.181)	373.579.404	(41.003.746)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(757.825)	61.834.001	(1.017.228)
Operações de crédito vinculadas a cessão	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**191.862.482**	**(977.070)**	**4.513.407**	**(713.798)**	**9.909.725**	**(6.217.217)**	**206.285.614**	**(7.908.085)**
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.150.013)	101.820.642	(5.703.516)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(220.577)	62.717.699	(1.177.398)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.151)	26.324.947	(691.749)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(251.476)	8.042.555	(322.010)
Operações de arrendamento mercantil	**962.901**	**(2.907)**	**2.079**	**(487)**	**185.026**	**(182.564)**	**1.150.006**	**(185.958)**
Total	**1.091.612.409**	**(14.599.815)**	**35.938.406**	**(11.859.023)**	**102.355.980**	**(70.378.336)**	**1.229.906.795**	**(96.837.174)**

No período, a partir de janeiro de 2025, a Perda Esperada IFRS (PE) passou a ser apurada considerando aprimoramentos nos parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e FCC), devido maior experiência e novas informações, com impacto prospectivo no resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	30/09/2026			31/12/2025		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano [1]	673.498	(128.703)	544.795	620.639	(134.904)	485.735
Entre um e cinco anos	806.967	(154.209)	652.758	820.974	(178.449)	642.525
Após cinco anos	4.021	(768)	3.253	27.787	(6.041)	21.746
Total	**1.484.486**	**(283.680)**	**1.200.806**	**1.469.400**	**(319.394)**	**1.150.006**

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

f) Perdas líquidas esperadas da carteira de crédito

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Constituição	(58.982.994)	(56.437.702)	(22.489.023)	(18.921.282)
Recuperação [1]	3.468.389	3.282.070	1.275.167	937.250
Perdas líquidas esperadas na carteira de crédito	**(55.514.605)**	**(53.155.632)**	**(21.213.856)**	**(17.984.032)**

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

g) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Saldo inicial	**(96.837.174)**	**(69.717.722)**	**(102.479.460)**	**(87.181.511)**
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(58.982.994)	(56.437.702)	(22.489.023)	(18.921.282)
Variação cambial - provisões no exterior	88.256	199.341	(5.553)	47.958
Baixas para prejuízo	53.557.497	31.867.731	22.799.621	11.966.483
Saldo final	**(102.174.415)**	**(94.088.352)**	**(102.174.415)**	**(94.088.352)**

h) Créditos renegociados

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Saldo inicial	**79.769.609**	**70.539.842**	**73.738.337**	**74.284.254**
Renegociações	12.040.598	13.055.065	4.641.756	3.526.171
Reestruturações	16.979.203	16.945.004	5.358.102	5.862.867
(Recebimento) e apropriação de juros	(21.208.713)	(16.095.368)	(6.013.915)	(6.003.084)
Baixas para prejuízo	(16.300.802)	(11.782.935)	(6.444.385)	(5.008.600)
Saldo final [1]	**71.279.895**	**72.661.608**	**71.279.895**	**72.661.608**
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	56,9%	52,6%	--	--

1 - Inclui o valor de R$ 47 mil (R$ 116 mil em 30/09/2025) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R$ 67.172.390 mil (R$ 66.983.829 mil em 30/09/2025) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

	30/09/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**627.560.678**	**126.133.853**	**90.830**	**753.785.361**	**21.961.216**	**267.401**		**22.228.617**	**77.464.878**	**40.683**		**77.505.561**	**726.986.772**	**126.441.937**	**90.830**	**853.519.539**
Varejo PF	314.056.862	124.114.766	90.830	438.262.458	11.969.163	267.107		12.236.270	45.076.008	39.913		45.115.921	371.102.033	124.421.786	90.830	495.614.649
Produtor rural	313.503.816	2.019.087		315.522.903	9.992.053	294		9.992.347	32.388.870	770		32.389.640	355.884.739	2.020.151	--	357.904.890
Pessoas jurídicas	**468.696.453**	**114.481.122**	**20.460.004**	**603.637.579**	**7.887.142**	**128.099**	**418.843**	**8.434.084**	**31.668.760**	**23.800**	**227.375**	**31.919.935**	**508.252.355**	**114.633.021**	**21.106.222**	**643.991.598**
Atacado	326.137.673	91.938.311	20.256.774	438.332.758	3.018.832	51.577	411.844	3.482.253	17.889.549	14.583	224.397	18.128.529	347.046.054	92.004.471	20.893.015	459.943.540
Varejo MPE	97.099.427	22.105.426	203.230	119.408.083	4.676.647	76.272	6.999	4.759.918	11.726.836	9.217	2.978	11.739.031	113.502.910	22.190.915	213.207	135.907.032
Produtor rural	45.459.353	437.385		45.896.738	191.663	250		191.913	2.052.375			2.052.375	47.703.391	437.635	--	48.141.026
Total	**1.096.257.131**	**240.614.975**	**20.550.834**	**1.357.422.940**	**29.848.358**	**395.500**	**418.843**	**30.662.701**	**109.133.638**	**64.483**	**227.375**	**109.425.496**	**1.235.239.127**	**241.074.958**	**21.197.052**	**1.497.511.137**
%	**80,8%**	**17,7%**	**1,5%**	**100,0%**	**97,3%**	**1,3%**	**1,4%**	**100,0%**	**99,7%**	**0,1%**	**0,2%**	**100,0%**	**82,5%**	**16,1%**	**1,4%**	**100,0%**

	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	**637.488.377**	**122.297.111**	**87.768**	**759.873.256**	**27.309.860**	**279.844**	**--**	**27.589.704**	**69.600.402**	**44.562**	**--**	**69.644.964**	**734.398.639**	**122.621.517**	**87.768**	**857.107.924**
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	**454.124.032**	**110.432.665**	**17.466.745**	**582.023.442**	**8.628.546**	**116.062**	**4.955**	**8.749.563**	**32.755.578**	**13.295**	**589.398**	**33.358.271**	**495.508.156**	**110.562.022**	**18.061.098**	**624.131.276**
Atacado	313.077.837	83.039.733	16.254.993	412.372.563	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.009	83.074.495	16.841.075	436.447.579
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	**1.091.612.409**	**232.729.776**	**17.554.513**	**1.341.896.698**	**35.938.406**	**395.906**	**4.955**	**36.339.267**	**102.355.980**	**57.857**	**589.398**	**103.003.235**	**1.229.906.795**	**233.183.539**	**18.148.866**	**1.481.239.200**
%	**81,4%**	**17,3%**	**1,3%**	**100,0%**	**98,9%**	**1,1%**	**0,0%**	**100,0%**	**99,4%**	**0,1%**	**0,6%**	**100,0%**	**83,0%**	**15,7%**	**1,2%**	**100,0%**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14– Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Ganhos/Perdas em coligadas e joint ventures				Dividendos	
	30/09/2026		31/12/2025											
	Total	ON	Total	ON	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Coligadas [1] e joint ventures [2]														
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	13.089.011	13.066.541	6.544.505	6.533.270	653.394	418.882	241.599	204.551	600.000	303.550
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. [3]	74,99	49,99	74,99	49,99	7.700.203	6.986.599	5.774.768	5.239.600	1.292.329	936.859	436.159	296.851	797.674	1.694.887
Cielo S.A. [4]	29,17	29,17	29,17	29,17	11.868.363	11.133.797	3.826.405	3.612.128	213.846	296.123	48.518	100.338	--	1.232.422
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. [5]	30,00	1,38	30,00	1,38	8.321.568	9.501.112	2.496.471	2.850.333	192.475	214.085	58.466	72.904	256.640	224.669
BB Mapfre Participações S.A. [6]	74,99	49,99	74,99	49,99	2.658.159	3.111.324	2.681.777	3.021.605	2.577.342	2.802.915	846.858	956.743	2.934.280	2.325.440
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	3.706.776	2.612.485	1.853.018	1.305.981	510.459	636.455	182.032	256.851	101.752	--
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. [7]	49,99	49,99	49,99	49,99	1.485.975	1.463.162	742.839	731.435	1.428	12.188	(2.019)	(2.430)	--	--
Brasilcap Capitalização S.A. [8]	66,77	49,99	66,77	49,99	973.155	1.026.258	760.501	795.956	180.212	146.286	60.476	61.037	215.667	174.761
Outros [9]							481.554	492.737	64.938	78.021	11.216	20.243	48.840	29.423
Resultado não realizado [10]							(2.550.339)	(2.666.456)						
Total							**22.611.499**	**21.916.589**	**5.686.423**	**5.541.814**	**1.883.305**	**1.967.088**	**4.954.853**	**5.985.152**

1 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%.

4 - Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R$ 364.332 mil.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49% (64,49% em 31/12/2025), em virtude da Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

6 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,18%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R$ 688.423 mil.

7 - Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

8 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 45,57%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R$ 110.749 mil.

9 - Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Tecnologia Bancária S.A. – Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R$ 2.826 mil em 31/12/2025.

10 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica [1]
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

c) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2025	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais [1]	30/09/2026
Banco Votorantim S.A.	6.533.270	653.394	(600.000)	(42.159)	6.544.505
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	5.239.600	1.292.329	(797.674)	40.513	5.774.768
Cielo S.A.	3.612.128	213.846	--	431	3.826.405
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.850.333	192.475	(256.640)	(289.697)	2.496.471
BB Mapfre Participações S.A.	3.021.605	2.577.342	(2.934.280)	17.110	2.681.777
Elo Participações Ltda.	1.305.981	510.459	(101.752)	138.330	1.853.018
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	731.435	1.428	--	9.976	742.839
Brasilcap Capitalização S.A.	795.956	180.212	(215.667)	--	760.501
Outros	492.737	64.938	(48.840)	(27.281)	481.554
Subtotal	**24.583.045**	**5.686.423**	**(4.954.853)**	**(152.777)**	**25.161.838**
Resultado não realizado	(2.666.456)	--	--	116.117	(2.550.339)
Total	**21.916.589**	**5.686.423**	**(4.954.853)**	**(36.660)**	**22.611.499**

1- Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

d) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.

15– Recursos de clientes

	30/09/2026	31/12/2025
Brasil	**884.671.127**	**843.553.760**
Depósitos a prazo	596.032.750	546.504.656
Depósitos de poupança	214.855.572	215.188.602
Depósitos à vista	73.782.805	81.860.502
Sem remuneração	73.711.904	81.621.420
Com remuneração [1]	70.901	239.082
Exterior	**61.959.125**	**54.383.689**
Depósitos a prazo	52.946.949	44.062.819
Depósitos à vista - sem remuneração	9.012.176	10.320.870
Total	**946.630.252**	**897.937.449**

1 - Referem-se a "special accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

16– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	30/09/2026	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 16.b)	703.882.930	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses	93.685.191	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	30.542.644	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	77.292	89.197
Total	**828.188.057**	**727.039.247**

b) Captações no mercado aberto

	30/09/2026	31/12/2025
Carteira própria	**562.088.225**	**482.263.422**
Letras Financeiras do Tesouro	511.371.014	439.758.808
Títulos privados	31.453.544	26.629.663
Notas do Tesouro Nacional	10.865.870	--
Títulos no exterior	8.397.797	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	--	8.218.576
Carteira de terceiros	**141.794.705**	**126.969.851**
Notas do Tesouro Nacional	99.420.133	15.111.835
Letras Financeiras do Tesouro	32.562.425	52.510.997
Letras do Tesouro Nacional	9.812.147	59.343.209
Outros títulos	--	3.810
Total	**703.882.930**	**609.233.273**

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/09/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	3.453.869	15.030.540	12.502.594	4.369.641	--	35.356.644	32.589.352
Importação	133.235	201.601	78.623	--	--	413.459	320.809
Exportação	297	419	--	--	--	716	--
Total	**3.587.401**	**15.232.560**	**12.581.217**	**4.369.641**	**--**	**35.770.819**	**32.910.161**

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização a.a.	30/09/2026	31/12/2025
Tesouro Nacional - Crédito Rural		**4.410.445**	**1.249.845**
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 7,50% (se aplicado)	309.351	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.748.154	1.233.191
Outros		2.343.096	6.303
BNDES	**Pré 0,50% a 15,50% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 0,76 a 2,08% Var. Camb. 1,80% TFBD 5,37% a 6,49%**	**18.624.354**	**15.869.546**
Caixa Econômica Federal	**Pré 4,85% (média)**	**25.121.543**	**25.522.638**
Finame	**Pré 0,75% a 17,69% TJLP + 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%**	**8.173.353**	**7.647.495**
Outras Instituições Oficiais		**637.737**	**647.199**
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 12,00% a 13,50% Funding 9,00% a 10,50%	617.059	647.171
Outros		20.678	28
Do Exterior		**946.939**	**975.927**
Total		**57.914.372**	**51.912.650**

17– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	30/09/2026	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	247.750.829	289.751.933
Dívidas subordinadas	37.816.973	41.785.187
Total	**285.567.802**	**331.537.120**

18– Provisões e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos. Em 30 de setembro de 2026, o salário mínimo era de R$ 1.621,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, em setembro de 2010 o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que houvesse o pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao mérito da controvérsia. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019. Em 03/06/2026, o julgamento foi iniciado com a realização das sustentações orais. Na sequência, o julgamento foi suspenso.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenando solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), com acréscimo de correção monetária e juros de mora sobre eventual indébito. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE n.º 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento de mérito pelo STF. Paralelamente, o ministro relator encaminhou os autos ao Núcleo de Solução consensual de Conflitos para a realização de mediação.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	**20.282.228**	**14.941.432**
Constituição	7.663.123	8.864.184
Reversão da provisão	(5.133.720)	(3.176.559)
Baixa por pagamento	(3.489.871)	(2.783.734)
Atualização monetária e variação cambial	1.749.019	1.086.482
Saldo final	**21.070.779**	**18.931.805**
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	**8.047.937**	**7.679.384**
Constituição	2.544.329	2.966.602
Reversão da provisão	(1.062.100)	(1.211.513)
Baixa por pagamento	(1.908.962)	(2.144.178)
Atualização monetária e variação cambial	583.169	568.466
Saldo final	**8.204.373**	**7.858.761**
Demandas fiscais		
Saldo inicial	**1.559.635**	**1.158.205**
Constituição	257.956	309.248
Reversão da provisão	(130.883)	(540.932)
Baixa por pagamento	(223.781)	(123.844)
Atualização monetária e variação cambial [1]	100.630	698.412
Saldo final	**1.563.557**	**1.501.089**
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	**30.838.709**	**28.291.655**

1 – Inclui, em 2025, o saldo de R$ 592.298 mil reclassificado de "Outros passivos".

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.118.096	7.258.042	1.046.203
Acima de 5 anos	4.952.683	946.331	517.354
Total	**21.070.779**	**8.204.373**	**1.563.557**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Demandas cíveis	(4.278.422)	(6.786.883)
Demandas trabalhistas	(2.065.398)	(2.323.555)
Demandas fiscais	(227.703)	125.485
Total	**(6.571.523)**	**(8.984.953)**

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30/09/2026	31/12/2025
Demandas fiscais	14.400.295	13.366.086
Demandas cíveis	3.200.775	2.305.913
Demandas trabalhistas	165.669	98.390
Total	**17.766.739**	**15.770.389**

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- IRPJ e CSLL – R$ 5.079.462 mil: litígios decorrentes da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R$ 3.230.118 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30/09/2026	31/12/2025
Demandas cíveis	20.107.875	19.869.516
Demandas fiscais	10.855.539	10.499.731
Demandas trabalhistas	9.045.120	8.770.296
Total	**40.008.534**	**39.139.543**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Impostos

a) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Resultado antes dos tributos	**576.462**	**2.572.745**	**(2.148.665)**	**929.375**
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	**(259.408)**	**(1.157.735)**	**966.899**	**(418.219)**
Juros sobre o capital próprio	894.924	1.659.358	88.647	184.764
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	2.558.890	2.493.816	847.487	885.189
Outras receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis[1]	4.362.881	5.198.675	2.016.420	1.425.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.557.287**	**8.194.114**	**3.919.453**	**2.077.368**
Alíquota efetiva	--	--	--	--

1 - Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

b) Despesas tributárias

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	3º Trimestre/2026	3º Trimestre/2025
Cofins	(4.305.689)	(4.128.359)	(1.377.398)	(1.397.736)
ISSQN	(1.112.215)	(1.070.843)	(375.814)	(362.661)
PIS/Pasep	(734.824)	(704.357)	(235.652)	(238.817)
Outros	(706.506)	(649.851)	(226.261)	(214.652)
Total	**(6.859.234)**	**(6.553.410)**	**(2.215.125)**	**(2.213.866)**

c) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	62.315.889	55.636.428
Provisões passivas - outras	19.645.011	26.392.371
Combinação de negócios	2.380.096	2.379.473
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.749.390	1.479.703
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.843.919	954.678
Contribuição social a compensar	636.538	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	699.108	368.332
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	14.697.022	232.318
Outras diferenças temporárias	720.727	1.268.524
Total	**105.687.700**	**89.348.365**

d) Passivos fiscais diferidos

	30/09/2026	31/12/2025
Passivos fiscais diferidos		
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.085.269	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.709.102	1.841.397
Decorrentes de lucros do exterior	1.003.496	--
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Ajuste da carteira de leasing	175.750	144.348
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Outras diferenças temporárias	785.468	478.768
Total	**13.230.941**	**15.409.128**

20– Patrimônio líquido

a) Valor de mercado por ação ordinária

	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	186.146.636	189.207.675
Valor de mercado por ação ordinária (R$)	23,07	21,92

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 120.000.000 mil (R$ 120.000.000 mil em 31/12/2025), está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R$ 150.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado de 26 de junho de 2026, o saldo remanescente de R$ 4,1 bilhões passa a ser amortizado conforme o seguinte cronograma: (i) duas parcelas anuais de R$ 100 milhões, em julho de 2026 e julho de 2027; (ii) uma parcela de R$ 1 bilhão, em julho de 2028; e (iii) uma parcela final de R$ 2,9 bilhões, em julho de 2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da quinta parcela, no valor de R$ 100 milhões à União, em julho/2026, remanescendo o saldo de R$ 4,0 bilhões.

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R$ 6.653.637 mil (R$ 6.643.763 mil em 31/12/2025) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.

e) Reservas de lucros

	30/09/2026	31/12/2025
Reservas de lucros	**86.577.430**	**82.301.417**
Reserva legal	16.439.781	16.128.978
Reservas estatutárias	70.137.649	66.172.439
Margem operacional	57.213.928	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	12.923.721	11.843.512

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por ação

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R$ mil)	5.776.488	8.458.188
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.745.992	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	**1,01**	**1,48**

g) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.247.715)	(3.001.469)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	19.811	(37.076)
Conversão de investimentos no exterior	(7.006.511)	(6.499.951)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(13.309.912)	(6.217.529)
Hedge de fluxo de caixa	(25.427)	(22.237)
Outros	(835.927)	(864.697)
Total	**(24.405.681)**	**(16.642.959)**

h) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas legal e de lucros.

i) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2026	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	400.396	0,070	02/03/2026	11/03/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	465.703	0,082	01/06/2026	11/06/2026
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	340.718	0,060	01/06/2026	11/06/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	584.910	0,102	01/09/2026	11/09/2026
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	196.992	0,035	01/09/2026	11/09/2026
Total destinado aos acionistas	**1.988.719**	**0,348**		
Juros sobre o capital próprio [1]	1.988.719	0,348		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2025	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	410.587	0,072	01/12/2025	11/12/2025
Total destinado aos acionistas	**3.687.462**	**0,645**		
Juros sobre o capital próprio [1]	3.687.462	0,645		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	30/09/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	255.384.690	4,5	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria [1]	21.911.376	0,4	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.588.120.890	45,1	2.586.898.660	45,1
Total	**5.730.834.040**	**100,0**	**5.730.834.040**	**100,0**

1 - Em 30/09/2026, o saldo inclui 75.711 e 22.403 ações de emissão do Banco do Brasil, mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente (73.450 e 11.957 ações em 31/12/2025).

	Ações ON [1]	
	30/09/2026	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto a Presidente do Banco)	45.282	45.282
Diretoria Executiva (inclui a Presidente do Banco)	434.438	292.753
Conselho Fiscal	8.800	--
Comitê de Auditoria	120	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,009% do capital do Banco.

k) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2025	**5.730.834.040**	**22.455.806**
Movimentação	--	(544.430)
Saldos em 30/09/2026	**5.730.834.040**	**21.911.376**

	30/09/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	**2.842.623.097**	**49,6**	**2.842.288.271**	**49,6**
Outras movimentações [1]	402.745		334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período [2]	**2.843.025.842**	**49,6**	**2.842.623.097**	**49,6**

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.
2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	**21.911.376**	**100,0**	**22.455.806**	**100,0**
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	73,7	16.150.700	71,9
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	4.937.222	22,5	5.625.287	25,1
Programa de remuneração variável	823.328	3,8	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--
Valor contábil	**(252.443)**		**(258.497)**	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A remuneração em ações é estruturada de forma proporcional ao nível de responsabilidade do administrador, prevendo a transferência imediata para a titularidade do beneficiário de percentual variável entre 14% e 20%, enquanto a parcela remanescente, compreendida entre 80% e 86%, é diferida pelo prazo de três a cinco anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R$ 23.070 mil no período de 01/01 a 30/09/2026 (R$ 21.512 mil no período de 01/01 a 30/09/2025).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência dessa resolução, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio [1]	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2022					
	401.045	19,58	296.464	24.835	2026
				79.746	2027
Total de ações a distribuir				**104.581**	
Programa 2023					
	306.829	29,01	192.394	22.633	2026
				42.724	2027
				30.512	2028
				18.566	2029
Total de ações a distribuir				**114.435**	
Programa 2024					
	346.916	28,03	132.868	40.647	2026
				69.342	2027
				48.531	2028
				34.664	2029
				20.864	2030
Total de ações a distribuir				**214.048**	
Programa 2025					
	477.704	23,12	88.870	149.941	2027
				95.524	2028
				66.856	2029
				47.748	2030
				28.765	2031
Total de ações a distribuir				**388.834**	

1 - Nos programas 2024 e 2025, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco detidas pelo Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.

21– Valor justo dos instrumentos financeiros

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	26.425.280	26.425.280	19.737.849	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil	125.259.342	125.259.342	120.016.133	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.444.630.091	1.459.529.101	1.435.612.604	1.429.791.175
Aplicações interfinanceiras de liquidez	190.008.953	190.248.512	189.464.519	189.896.383
Carteira de crédito	1.133.064.712	1.147.821.468	1.133.069.621	1.128.042.254
Títulos e valores mobiliários	51.239.946	51.142.641	47.261.092	46.035.166
Outros ativos financeiros	70.316.480	70.316.480	65.817.372	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.624.534	18.624.534	12.277.786	12.277.786
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	726.802.435	726.802.435	673.139.259	673.139.259
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.242.302.496	2.241.340.190	2.149.846.333	2.143.368.209
Recursos de clientes	946.630.252	946.794.221	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	828.188.057	827.061.782	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	285.567.802	285.567.802	331.537.120	331.537.120
Outros passivos financeiros	181.916.385	181.916.385	193.332.517	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.112.021	7.112.021	4.474.734	4.474.734

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

a) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 30/09/2026	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	**748.319.295**	**719.325.617**	**28.727.405**	**266.273**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**18.624.534**	**6.462.297**	**11.996.774**	**165.463**
Instrumentos de dívida e patrimônio	**11.457.177**	**6.462.297**	**4.829.417**	**165.463**
Títulos públicos	6.462.292	6.462.292	--	--
Títulos privados	4.994.885	5	4.829.417	165.463
Derivativos	**7.167.357**	**--**	**7.167.357**	**--**
Swaps	3.936.112	--	3.936.112	--
Operações a termo	1.967.107	--	1.967.107	--
Opções	777.082	--	777.082	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	487.056	--	487.056	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**726.802.435**	**712.863.320**	**13.883.307**	**55.808**
Títulos públicos	712.534.248	712.534.248	--	--
Títulos privados	14.268.187	329.072	13.883.307	55.808
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	**2.892.326**	**--**	**2.847.324**	**45.002**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.847.324	--	2.847.324	--
Carteira de crédito	45.002	--	--	45.002
Passivo	**11.829.478**	**--**	**11.829.478**	**--**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**7.112.021**	**--**	**7.112.021**	**--**
Derivativos	**7.112.021**	**--**	**7.112.021**	**--**
Operações a termo	3.176.128	--	3.176.128	--
Swaps	2.133.275	--	2.133.275	--
Opções	1.687.108	--	1.687.108	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	115.510	--	115.510	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	**4.717.457**	**--**	**4.717.457**	**--**
Recursos de instituições financeiras	2.637.215	--	2.637.215	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	2.080.242	--	2.080.242	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	**1.456.636.775**	**25.403.434**	**213.140.395**	**1.218.092.946**
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.456.636.775	25.403.434	213.140.395	1.218.092.946
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.401.188	--	187.401.188	--
Carteira de crédito	1.147.776.466	--	--	1.147.776.466
Títulos e valores mobiliários	51.142.641	25.403.434	25.739.207	--
Outros ativos financeiros	70.316.480	--	--	70.316.480
Passivo	**2.236.622.733**	**--**	**--**	**2.236.622.733**
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.236.622.733	--	--	2.236.622.733
Recursos de clientes	946.794.221	--	--	946.794.221
Recursos de instituições financeiras	824.424.567	--	--	824.424.567
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	283.487.560	--	--	283.487.560
Outros passivos financeiros	181.916.385	--	--	181.916.385

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2025	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	**689.653.120**	**664.222.431**	**25.096.194**	**334.495**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**12.277.786**	**3.812.018**	**8.253.482**	**212.286**
Instrumentos de dívida e patrimônio	**7.620.302**	**3.812.018**	**3.595.998**	**212.286**
Títulos públicos	3.812.018	3.812.018	--	--
Títulos privados	3.808.284	--	3.595.998	212.286
Derivativos	**4.657.484**	**--**	**4.657.484**	**--**
Swaps	2.783.514	--	2.783.514	--
Operações a termo	877.066	--	877.066	--
Opções	511.160	--	511.160	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	485.744	--	485.744	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**673.139.259**	**660.410.413**	**12.655.319**	**73.527**
Títulos públicos	660.130.236	660.130.236	--	--
Títulos privados	13.009.023	280.177	12.655.319	73.527
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	**4.236.075**	**--**	**4.187.393**	**48.682**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito	48.682	--	--	48.682
Passivo	**10.391.471**	**--**	**10.391.471**	**--**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**4.474.734**	**--**	**4.474.734**	**--**
Derivativos	**4.474.734**	**--**	**4.474.734**	**--**
Operações a termo	1.600.695	--	1.600.695	--
Swaps	1.333.429	--	1.333.429	--
Opções	813.515	--	813.515	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	727.095	--	727.095	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	**5.916.737**	**--**	**5.916.737**	**--**
Recursos de instituições financeiras	1.707.965	--	1.707.965	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.208.772	--	4.208.772	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	**1.425.555.100**	**25.746.355**	**20.288.811**	**1.379.519.934**
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.425.555.100	25.746.355	20.288.811	1.379.519.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez	185.708.990	--	--	185.708.990
Carteira de crédito	1.127.993.572	--	--	1.127.993.572
Títulos e valores mobiliários	46.035.166	25.746.355	20.288.811	--
Outros ativos financeiros	65.817.372	--	--	65.817.372
Passivo	**2.137.451.472**	**--**	**--**	**2.137.451.472**
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.137.451.472	--	--	2.137.451.472
Recursos de clientes	896.808.990	--	--	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	719.981.617	--	--	719.981.617
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	327.328.348	--	--	327.328.348
Outros passivos financeiros	193.332.517	--	--	193.332.517

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/09/2026
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	212.286	29.293	--	(76.138)	--	22	165.463
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	73.527	(17.719)	--	--	--	--	55.808
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	(3.680)	--	--	--	--	45.002
Total	**334.495**	**7.894**	**--**	**(76.138)**	**--**	**22**	**266.273**

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.

22– Gestão de riscos

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

(i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e

(ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

- Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/09/2026			31/12/2025		
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(106.491)	(334.292)	(650.652)	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(4.404)	(99)	(199)	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(208.662)	(357.311)	(652.677)	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(462.339)	(651.236)	(1.367.710)	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	**(781.896)**	**(1.342.938)**	**(2.671.238)**	**(535.224)**	**(797.800)**	**(1.568.563)**
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.853.733)	(43.030.162)	(81.214.799)	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(14.049.291)	(26.603.116)	(56.968.761)	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(485.045)	(768.807)	(1.447.174)	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(5.966.996)	(888.926)	(1.827.196)	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	**(34.355.065)**	**(71.291.011)**	**(141.457.930)**	**(33.156.192)**	**(68.345.900)**	**(135.563.450)**

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

a) projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;

b) teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;

c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e

d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:

- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);

- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appettite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	30/09/2026						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	2.514.285	13.976.951	10.017.673	282.848.327	2.292	309.359.528	16,0%
LCA	1.242.023	13.327.040	45.810.157	115.957.759	--	176.336.979	9,1%
LCI	341.501	1.648.339	2.547.459	11.353.985	--	15.891.284	0,8%
Letras financeiras	--	23.452.753	--	3.253.363	--	26.706.116	1,4%
Poupança	212.770.831	--	--	--	--	212.770.831	11,0%
Dep. vista	81.589.549	--	--	--	--	81.589.549	4,2%
Dep. judicial	278.900.749	--	--	--	--	278.900.749	14,4%
Captações de tesouraria	2.890.036	29.407.359	3.863.195	13.841.664	4.365.143	54.367.397	2,9%
Dep. prazo fixo	3.408.519	3.702.703	1.864.592	5.379.718	--	14.355.532	0,7%
Outras captações comerciais	10.493.261	51.478	261.647	1.692.314	--	12.498.700	0,7%
Captações comerciais ME	5.428.948	18.046.796	7.324.195	15.894.653	--	46.694.592	2,4%
Compromissadas	675.657.224	15.696.589	422.330	12.106.787	--	703.882.930	36,4%
Total	**1.275.236.926**	**119.310.008**	**72.111.248**	**462.328.570**	**4.367.435**	**1.933.354.187**	**100,0%**

Passivo	31/12/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	**1.184.886.349**	**98.684.204**	**61.660.876**	**481.459.741**	**5.855.356**	**1.832.546.526**	**100,0%**

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de convenente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Exposição máxima ao risco de crédito

	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil	**125.259.342**	**120.016.133**
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.553.540.720**	**1.537.820.856**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	190.016.306	189.483.316
Carteira de crédito	1.235.239.127	1.229.906.795
Títulos e valores mobiliários	51.299.191	47.580.365
Outros ativos financeiros	76.986.096	70.850.380
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**18.624.534**	**12.277.786**
Instrumentos de dívida e patrimônio	11.457.177	7.620.302
Derivativos	7.167.357	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**726.817.445**	**673.277.753**
Itens não registrados no balanço	**262.272.010**	**251.332.405**

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Carteira de crédito – Exposições por região geográfica

	30/09/2026	31/12/2025
Mercado interno	**1.168.245.827**	**1.164.471.947**
Sudeste	466.816.323	463.031.985
Sul	195.661.114	196.235.862
Centro-Oeste	228.812.337	237.344.101
Nordeste	190.938.442	182.600.742
Norte	86.017.611	85.259.257
Mercado externo	**66.993.300**	**65.434.848**
Total	**1.235.239.127**	**1.229.906.795**

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 13 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento e rreporte sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento do limite estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço podem ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de temas, clientes, produtos, serviços ou canais, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

23– Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais [1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I [1]	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/09/2026			31/12/2025		
	N.° de participantes			N.° de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	**85.322**	**121.022**	**206.344**	**86.919**	**121.572**	**208.491**
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.269	97.559	99.828	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	73.328	5.557	78.885	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.682	1.682	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.725	16.224	25.949	9.984	16.295	26.279
Planos de assistência médica	**86.937**	**104.177**	**191.114**	**88.528**	**104.848**	**193.376**
Cassi	78.781	99.578	178.359	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.156	4.599	12.755	8.346	4.950	13.296

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Planos de aposentadoria e pensão	**1.741.482**	**1.631.170**
Plano de Benefícios 1 – Previ [1]	488.897	487.408
Plano Previ Futuro	954.831	840.181
Plano Informal	82.871	83.449
Outros Planos	214.883	220.132
Planos de assistência médica	**1.772.826**	**1.700.368**
Cassi	1.561.946	1.497.978
Outros Planos	210.880	202.390
Total	**3.514.308**	**3.331.538**

1 – Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 23.d). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2026, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R$ 1.204.657 mil para os próximos 6 meses e R$ 2.240.303 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Planos de aposentadoria e pensão	**1.774.027**	**1.807.789**
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.885.614	2.774.954
Plano Previ Futuro	(954.831)	(840.181)
Plano Informal	(82.496)	(75.355)
Outros Planos	(74.260)	(51.629)
Planos de assistência médica	**(2.056.851)**	**(1.920.685)**
Cassi	(1.849.763)	(1.727.567)
Outros Planos	(207.088)	(193.118)
Total	**(282.824)**	**(112.896)**

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 23.b.4.

a) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

b) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30/06/2026 e 31/12/2025.

b.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	**(139.573.241)**	**(129.071.404)**	**(664.842)**	**(637.536)**	**(9.166.110)**	**(8.459.342)**	**(8.337.601)**	**(7.762.407)**
Custo de juros	(8.706.837)	(17.594.917)	(40.263)	(82.895)	(577.079)	(1.157.512)	(523.192)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(2.071)	(10.108)	--	--	(49.307)	(91.825)	(1.298)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	--	(13.883)	(19.251)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.761.673	17.045.504	58.062	121.579	476.509	987.804	473.214	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(18.025.621)	(9.942.316)	(54.955)	(46.739)	(1.328.098)	(445.235)	(956.891)	(497.952)
Ajuste de experiência	(3.069.599)	(1.442.634)	(14.346)	(9.801)	(291.335)	532	(126.771)	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(14.956.022)	(8.499.682)	(40.609)	(36.938)	(1.036.763)	(445.767)	(830.120)	(492.145)
Saldo final	**(157.546.097)**	**(139.573.241)**	**(715.881)**	**(664.842)**	**(10.644.085)**	**(9.166.110)**	**(9.345.768)**	**(8.337.601)**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(157.546.097)	(139.573.241)	--	--	(361.462)	(361.462)	(7.698.439)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos [1]	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	**202.191.021**	**182.839.230**	**--**	**--**	**361.462**	**--**	**7.671.516**	**7.714.673**
Receita de juros	12.910.268	24.797.453	--	--	--	--	494.537	1.032.972
Antecipação de Contraprestação [2]	--	--	--	--	--	361.462	--	--
Contribuições recebidas	651.894	1.383.605	58.062	121.579	476.509	987.804	246.008	518.751
Participantes	323.563	686.366	--	--	--	--	93.284	196.857
Empregador	328.331	697.239	58.062	121.579	476.509	987.804	152.724	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.761.673)	(17.045.504)	(58.062)	(121.579)	(476.509)	(987.804)	(473.214)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.749.146)	10.216.237	--	--	--	--	(240.408)	(608.605)
Saldo final	**202.242.364**	**202.191.021**	**--**	**--**	**361.462**	**361.462**	**7.698.439**	**7.671.516**

1 – Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).
2 – Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

b.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	44.696.267	62.617.780	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	22.348.134	31.308.890	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.325.948)	(780.605)
5) Valores reconhecidos no resultado [1]	784.933	--	(28.349)	--	(373.472)	--	(40.795)	--
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 23.d) [1]	160.565	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos [1]	--	--	24.809	--	595.531	--	77.546	--
8) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado [2] (4+5+6+7)	**23.293.632**	**31.308.890**	**(719.421)**	**(664.842)**	**(10.060.564)**	**(8.804.648)**	**(1.289.197)**	**(780.605)**

1 – Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de junho.
2 – Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Custo do serviço corrente	(1.059)	(4.087)	--	--	(76.225)	(68.532)	(1.027)	(943)
Custo dos juros	(6.910.280)	(6.569.629)	(62.828)	(62.524)	(923.633)	(863.737)	(457.001)	(439.373)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	9.796.953	9.348.670	--	--	--	--	374.087	392.272
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(19.668)	(12.831)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(849.905)	(795.298)	(199.339)	(198.577)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	1.932	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	**2.885.614**	**2.774.954**	**(82.496)**	**(75.355)**	**(1.849.763)**	**(1.727.567)**	**(281.348)**	**(244.747)**

b.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**(5.106.099)**	**(5.175.074)**	**(95.549)**	**(69.842)**	**(445.724)**	**(200.844)**	**(570.157)**	**(255.701)**
Ajustes de avaliação patrimonial	(11.389.768)	131.525	(54.954)	(46.740)	(1.328.098)	(445.236)	(654.924)	(574.170)
Efeitos fiscais	5.416.689	(62.550)	24.729	21.033	597.644	200.356	296.299	259.714
Saldo final	**(11.079.178)**	**(5.106.099)**	**(125.774)**	**(95.549)**	**(1.176.178)**	**(445.724)**	**(928.782)**	**(570.157)**

b.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration [1]	Pagamentos de benefícios esperados [2]				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,23	18.149.177	17.227.948	16.896.409	315.212.611	367.486.145
Plano Informal (Previ)	5,32	117.850	107.199	99.354	978.446	1.302.849
Plano de Associados (Cassi)	8,62	1.113.519	1.095.762	1.072.711	31.938.643	35.220.635
Regulamento Geral (Economus)	7,08	794.489	787.966	778.497	13.770.624	16.131.576
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,01	5.346	5.512	5.728	134.697	151.283
Plus I e II (Economus)	9,06	56.810	57.863	59.182	2.023.352	2.197.207
Grupo B' (Economus)	6,30	27.137	26.820	26.358	359.206	439.521
Prevmais (Economus)	7,49	40.240	40.067	39.844	820.686	940.837
Multifuturo I (Fusesc)	7,22	10.206	9.759	9.659	184.326	213.950
Plano I (Fusesc)	5,98	58.183	54.739	52.993	657.771	823.686
Plano BEP (Prevbep)	7,48	8.510	8.461	8.389	164.888	190.248

1 – Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.
2 – Valores considerados sem descontar a valor presente.

b.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Renda fixa	145.472.932	140.057.720	7.195.576	7.117.660
Renda variável [1]	39.599.055	44.562.901	100.811	114.449
Investimentos imobiliários	10.496.379	10.857.658	172.385	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.359.423	5.398.500	151.491	152.730
Outros	1.314.575	1.314.242	439.638	450.057
Total	**202.242.364**	**202.191.021**	**8.059.901**	**8.032.978**
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7.139.155	8.734.652	29.980	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.173.006	1.192.927	31.281	30.249

1 – No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R$ 5.636.177 mil (R$ 5.207.747 mil em 31/12/2025), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

b.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de inflação (a.a.)	5,54%	3,58%	5,38%	3,60%	5,65%	3,57%	5,51%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.) [1]	8,29%	9,80%	8,45%	9,74%	8,17%	9,83%	8,33%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,29%	13,73%	--	--	--	--	14,29%	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,56%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

1 -Em junho/2026, o Banco revisou a metodologia de apuração da taxa real de desconto aplicada na remensuração do passivo atuarial dos planos de benefícios. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Os impactos da remensuração atuarial decorrentes das premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto, estão refletidos nos valores apresentados no quadro b.1.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

b.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2026.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.810.898)	2.910.674	2.592.462	(2.647.348)	108	(107)
Plano Informal (Previ)	(9.189)	9.441	17.524	(17.518)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(172.326)	178.832	139.277	(141.434)	709	(695)
Regulamento Geral (Economus)	(127.303)	131.584	126.559	(130.501)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.311)	1.355	(1.962)	1.984	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.264)	16.971	21.007	(20.632)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.357)	2.419	5.025	(5.104)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.111)	7.373	2.738	(2.691)	809	(807)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.046)	2.165	1.174	(1.212)	254	(234)
Plano I (Fusesc)	(6.172)	6.350	9.110	(9.228)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.509)	1.564	1.228	(1.275)	--	--

c) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Plano 1 (Previ)	23.293.632	31.308.890	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(719.421)	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.060.564)	(8.804.648)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(804.080)	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10.127	11.481	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(710.350)	(607.913)
Grupo B' (Economus)	--	--	(223.453)	(204.985)
Prevmais (Economus)	180.283	188.701	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	96.953	93.519	--	--
Plano I (Fusesc)	122.739	133.578	--	--
Plano BEP (Prevbep)	38.584	38.324	--	--
Total	**23.742.318**	**31.774.493**	**(12.517.868)**	**(10.715.698)**

d) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	30/09/2026	31/12/2025
Fundo de Utilização [1]		
Saldo inicial	**12.367.543**	**12.026.025**
Contribuição ao Plano 1	(488.897)	(697.239)
Atualização	935.856	1.038.757
Saldo final	**12.814.502**	**12.367.543**

1 – Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

24– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Benefícios de curto prazo	**50.464**	**54.640**
Honorários e encargos sociais	31.013	27.987
Diretoria Executiva	30.938	27.711
Conselho de Administração	75	276
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.697	21.192
Outros [1]	7.754	5.461
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**100**	**348**
Remuneração baseada em ações	**9.687**	**15.138**
Total	**60.251**	**70.126**

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 20.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;

- contratos de comodato, nos quais o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No período de 01/01 a 30/09/2026, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R$ 375.187 mil (R$ 353.940 mil no período de 01/01 a 30/09/2025). No período de 01/01 a 30/09/2026, o banco foi ressarcido em R$ 644.609 mil (R$ 577.798 mil no período de 01/01 a 30/09/2025), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
- valores a receber decorrentes das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2026, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R$ 1.800.000 mil (de até R$ 1.180.000 mil em 2025).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das transações com partes relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 12; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 16; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 23.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No período de 01/01 a 30/09/2026, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R$ 113.446 mil (R$ 127.815 mil no período de 01/01 a 30/09/2025).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.526.799	3.823.924

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/09/2026
Ativos	**1.525.555**	**11.751.913**	**6.458**	**33.279.085**	**46.563.011**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	543.358	--	390.373	**933.731**
Ativos financeiros	66	238.229	--	1.750.818	**1.989.113**
Carteira de crédito [1]	--	6.725.368	6.458	20.355.734	**27.087.560**
Outros ativos [2]	1.525.489	4.244.958	--	10.782.160	**16.552.607**
Garantias recebidas	187.975	151.212	--	3.349.656	**3.688.843**
Passivos	**34.757.028**	**21.788.309**	**31.455**	**81.729.979**	**138.306.771**
Recursos de clientes	6.030.677	471.943	4.014	11.743.036	**18.249.670**
Recursos de instituições financeiras	377.474	1.699.135	--	68.032.489	**70.109.098**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	39.824	--	27.441	14.638	**81.903**
Outros passivos [2 3]	28.309.053	19.617.231	--	1.939.816	**49.866.100**
Garantias prestadas e outras coobrigações	187.975	5.048.816	4.978	104.083	**5.345.852**
Demonstração do resultado	**01/01 a 30/09/2026**				
Receitas de juros	5.062.773	1.325.531	987	2.669.160	**9.058.451**
Despesas de juros	(342.569)	(127.150)	(3.743)	(3.995.900)	**(4.469.362)**
Receitas de prestação de serviços	72.830	5.622.800	21	437.626	**6.133.277**
Outras receitas	3.088	579.216	--	615.466	**1.197.770**
Outras despesas [2]	(2.073.460)	(2.217.412)	--	(438.759)	**(4.729.631)**

1 – A carteira de crédito possui R$ 11.763 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R$ 8.675 mil no período de 01/01 a 30/09/2026.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	**1.887.571**	**14.722.005**	**6.209**	**37.204.601**	**53.820.386**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	**7.813.827**
Ativos financeiros	81	253.451	--	1.592.374	**1.845.906**
Carteira de crédito [1]	--	8.112.906	6.209	19.370.790	**27.489.905**
Outros ativos [2]	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	**16.670.748**
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	**2.708.599**
Passivos	**48.760.700**	**23.305.175**	**31.519**	**73.394.527**	**145.491.921**
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	**15.305.826**
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	**62.877.930**
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	**143.957**
Outros passivos [2 3]	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	**67.164.208**
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	**5.568.709**
Demonstração do resultado	**01/01 a 30/09/2025**				
Receitas de juros	5.144.447	897.705	868	2.659.785	**8.702.805**
Despesas de juros	(184.926)	(235.882)	(3.025)	(3.472.940)	**(3.896.773)**
Receitas de prestação de serviços	86.674	5.493.024	17	510.035	**6.089.750**
Outras receitas	4.244	641.313	--	21.063	**666.620**
Outras despesas [2]	(2.133.830)	(732.316)	--	(448.467)	**(3.314.613)**

1 – A carteira de crédito possui R$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R$ 23.947 mil no período de 01/01 a 30/09/2025.

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

25– Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	30/09/2026		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	26.425.280	--	26.425.280
Depósitos no Banco Central do Brasil	125.259.342	--	125.259.342
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	665.249.591	779.380.499	1.444.630.090
Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.528.891	480.061	190.008.952
Carteira de crédito	407.672.986	725.391.726	1.133.064.712
Títulos e valores mobiliários	29.182.080	22.057.866	51.239.946
Outros ativos financeiros	38.865.634	31.450.846	70.316.480
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.367.701	2.256.833	18.624.534
Instrumentos de dívida e patrimônio	11.457.177	--	11.457.177
Derivativos	4.910.524	2.256.833	7.167.357
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	39.204.732	687.597.703	726.802.435
Ativos não circulantes mantidos para venda	245.055	--	245.055
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	22.611.499	22.611.499
Ativo imobilizado	--	19.390.877	19.390.877
De uso	--	15.143.206	15.143.206
De direito de uso	--	4.247.671	4.247.671
Ativos intangíveis	--	13.148.517	13.148.517
Ativos fiscais	34.688.271	84.006.825	118.695.096
Correntes	13.007.396	--	13.007.396
Diferidos	21.680.875	84.006.825	105.687.700
Outros ativos	12.682.297	23.966.410	36.648.707
Total do ativo	**920.122.269**	**1.632.359.163**	**2.552.481.432**
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.639.989.905	602.312.591	2.242.302.496
Recursos de clientes	656.334.774	290.295.478	946.630.252
Recursos de instituições financeiras	775.131.971	53.056.086	828.188.057
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	96.154.340	189.413.462	285.567.802
Outros passivos financeiros	112.368.820	69.547.565	181.916.385
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.167.862	2.944.159	7.112.021
Provisões	13.405.385	25.590.338	38.995.723
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.478.243	22.360.466	30.838.709
Outras provisões	4.927.142	3.229.872	8.157.014
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	158.564	215.563	374.127
Passivos fiscais	11.432.798	8.553.852	19.986.650
Correntes	6.755.709	--	6.755.709
Diferidos	4.677.089	8.553.852	13.230.941
Outros passivos	45.436.991	6.376.578	51.813.569
Patrimônio líquido	**--**	**191.896.847**	**191.896.847**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.714.591.505**	**837.889.928**	**2.552.481.433**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2025		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	19.737.849	--	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	667.977.479	767.635.125	1.435.612.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.703.126	1.761.393	189.464.519
Carteira de crédito	421.288.780	711.780.841	1.133.069.621
Títulos e valores mobiliários	33.319.537	13.941.555	47.261.092
Outros ativos financeiros	25.666.036	40.151.336	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	--	7.620.302
Derivativos	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.435.356	643.703.903	673.139.259
Ativos não circulantes mantidos para venda	298.917	--	298.917
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.916.589	21.916.589
Ativo imobilizado	--	18.488.742	18.488.742
De uso	--	13.700.864	13.700.864
De direito de uso	--	4.787.878	4.787.878
Ativos intangíveis	--	12.053.148	12.053.148
Ativos fiscais	39.796.206	61.960.615	101.756.821
Correntes	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos	27.668.499	61.679.866	89.348.365
Outros ativos	7.748.181	32.097.224	39.845.405
Total do ativo	**895.606.359**	**1.559.536.894**	**2.455.143.253**
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.531.384.980	618.461.353	2.149.846.333
Recursos de clientes	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	132.126.289	61.206.228	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Provisões	14.902.599	22.993.373	37.895.972
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	5.840.175	2.165.997	8.006.172
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	6.425.409	15.409.128	21.834.537
Correntes	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	--	15.409.128	15.409.128
Outros passivos	18.562.084	28.168.264	46.730.348
Patrimônio líquido	**--**	**193.567.416**	**193.567.416**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.574.890.134**	**880.253.119**	**2.455.143.253**

26– Outras informações

a) MP nº 1.314/2025 e MP nº 1.376/2026 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 05 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.376/2026, publicada em 15 de julho de 2026, instituiu novas medidas voltadas à composição e renegociação de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos climáticos adversos, incluindo operações com recursos das instituições financeiras e mecanismos de mitigação de risco.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 30/09/2026, o saldo das operações no âmbito das Medidas Provisórias nº 1.314/2025 e nº 1.376/2026 totalizava R$ 40.399.713 mil (R$ 22.556.901 mil em 31/12/2025).

b) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27/12/2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduziu no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global, no contexto do Pilar 2, alinhado às Regras GloBE da OCDE. A norma é aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira incorporou conceitos da legislação internacional e elementos próprios das Regras GloBE, que diferem de práticas adotadas no sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE, regras para tributos abrangidos e o tratamento de tributos diferidos.

Em 2026, a Administração realizou os procedimentos de avaliação previstos na regulamentação aplicável ao Adicional da CSLL, abrangendo o Banco e suas controladas nas jurisdições em que operam. Como resultado dessa avaliação, não foram apurados efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis em decorrência da aplicação da Lei nº 15.079/2024.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira, as orientações emitidas pelos órgãos competentes e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas decorrentes do cenário internacional, que possam afetar a implementação global do Pilar 2 e a aplicação do Adicional da CSLL em períodos futuros.

c) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem promovendo as adequações necessárias em seus processos e sistemas para implementação da Reforma Tributária. Os potenciais efeitos sobre suas operações, produtos, serviços e precificação permanecem em avaliação, considerando a evolução da regulamentação aplicável.

27– Eventos subsequentes

a) Aporte extraordinário ao Plano de Associados da CASSI

Em 3 de novembro de 2026, o Conselho Diretor aprovou aporte excepcional e extraordinário ao Plano de Associados da CASSI, no montante de R$ 1.373 milhões, sendo R$ 500 milhões previstos para 2026 e R$ 873 milhões para 2027.

A efetivação do aporte por parte do Banco está condicionada à aprovação, pelo Corpo Social da CASSI, do aporte atribuído aos associados, à celebração de Memorando de Entendimentos com as entidades representativas dos associados e ao atendimento das demais condições estabelecidas para a operação.

28– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	30/09/2026	31/12/2025
Atribuível ao controlador em BRGAAP		**7.480.331**	**12.835.655**	**184.518.558**	**187.901.710**
Ajustes de IFRS líquidos de efeito fiscal		**(1.703.843)**	**(4.377.467)**	**1.628.078**	**1.305.965**
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(a)	(698.133)	(3.668.275)	1.214.410	1.912.543
Atualização monetária de demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias	(b)	(1.002.942)	(971.774)	358.361	311.851
Outros ajustes		(2.768)	262.582	55.307	(918.429)
Atribuível ao controlador em IFRS		**5.776.488**	**8.458.188**	**186.146.636**	**189.207.675**
Atribuível às participações de acionistas não controladores		2.357.261	2.308.671	5.750.211	4.359.741
Apurado no consolidado em IFRS		**8.133.749**	**10.766.859**	**191.896.847**	**193.567.416**

a) Perdas esperadas em instrumentos financeiros

As diferenças entre o BRGAAP e o IFRS na apuração da perda esperada decorrem da adoção de critérios normativos distintos de mensuração. Destaca-se que, no BRGAAP, existem pisos mínimos de provisão aplicáveis às operações classificadas no estágio 3 — caracterizadas por descumprimento, os quais não estão previstos no IFRS, sendo revertidos.

b) Atualização monetária de demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias

As diferenças entre BRGAAP e IFRS decorrem da aplicação das normas para economias hiperinflacionárias, conforme IAS 29 e IAS 21, que requerem a atualização das contas patrimoniais e de resultado pela inflação, o reconhecimento da perda monetária líquida no resultado e a conversão das demonstrações financeiras pela taxa de câmbio de fechamento.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução
Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2026 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

Brasília, 10 de novembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de novembro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativa

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado e em exercício da Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de novembro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativa

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado e em exercício da Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Membros da administração

PRESIDENTE
Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES
Ana Cristina Rosa Garcia
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES
Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Bárbara dos Santos Lopes Freitas
Barbara Favero dos Santos Bosi
Bruno Alves do Nascimento
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL
Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
José Pedro Bastos Neves
Paulo Moreira Marques

COMITÊ DE AUDITORIA
Aramis Sá de Andrade
Edson Teixer
Egídio Otmar Ames
Fernando Florêncio Campos
Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07